



RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES

2018



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL



SUMÁRIO

04 MENSAGEM DA DIRETORIA

06 SÍNTESE DOS RESULTADOS

07 GESTÃO DE INVESTIMENTO

16 DEMONSTRATIVO ANALÍTICO
DE INVESTIMENTOS

25 INFORMAÇÕES REFERENTES
À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

36 INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

39 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
E NOTAS EXPLICATIVAS

66 PARECERES



Mensagem da Diretoria

Prezados Participantes e Assistidos,

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses apresenta o seu Relatório Anual de Informações (RAI), conforme previsto na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006, referente ao exercício de 2018, compondo-se das informações do desempenho obtido pela Fundação no último ano.

Este momento é sempre muito importante para nós, para reforçar nossa transparência e zelo com o Patrimônio dos Participantes e Assistidos, pautados por muito trabalho e dedicação ao longo dos anos.

O ano de 2018 foi de muita volatilidade no mercado. No cenário político-econômico, tivemos a guerra comercial entre EUA e China, as eleições presidenciais no Brasil, greve de caminhoneiros, a queda da nossa taxa de juros, com a Selic em baixos níveis históricos (6,50% a.a.), e o aumento na taxa de juros dos EUA.

Nesse cenário, as carteiras dos Planos sofreram pequenos ajustes ao longo do ano, todos feitos de forma parcimoniosa, e sempre visando a melhor relação risco x retorno.

O recurso garantidor de reserva técnica do Plano II, no exercício findo em 2018, era de R\$ 1,66 bilhão, e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 11,47%, frente aos 13,26% da meta atuarial do período (IGP-DI + 5,75% a.a.).

Já o Plano III, no mesmo período, fechou com um recurso garantidor de reserva técnica de R\$ 8,80 milhões (mais que o dobro do ano anterior), e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 6,07%.

Considerando o cenário econômico e estudo técnico específico realizado de forma a identificar a taxa de retorno da carteira, a partir da projeção dos ativos do Plano II e do fluxo de benefícios, foi aprovada a alteração da taxa de juros da Meta Atuarial de 5,75% a.a. para 5,50% a.a.

A alteração da hipótese de taxa de juros gerou um acréscimo de R\$ 25,57 milhões nas provisões matemáticas de 2018 e, em consequência, a Baneses registrou uma elevação do déficit técnico acumulado do Plano II, de R\$ 25,53 milhões em 2017 para R\$ 43,79 milhões em 2018, correspondente a 2,57% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos. O resultado é de natureza conjuntural, sendo que os principais fatores que levaram a ele foram a mudança da premissa de taxa de juros em 2013 (6,00% a.a. para 5,75% a.a.), sendo acrescido nos exercícios posteriores pela alteração de tábuas de mortalidade (Geral, Mortalidade de Inválidos e Entrada em Invalidez) em 2017, e esta nova redução de taxa de juros em 2018.

O valor do déficit atuarial ficou abaixo do limite mínimo permitido pela legislação da previdência complementar, a partir do qual é obrigatório o seu equacionamento, e foi avaliado não ser necessário estabelecer contribuições adicionais para esta finalidade. Segundo o estudo da taxa de juros, esse déficit será equacionado no longo prazo, tendo em vista o ajuste de precificação positivo, em valor superior ao déficit técnico apurado.

Mesmo num cenário de mercado volátil e contenção de despesas administrativas, a Baneses não deixou de cumprir o seu papel na propagação da educação financeira e previdenciária entre seus Participantes e Assistidos. O programa “Banestes com Você” fez cerca de 12 apresentações em mais de 8 municípios do estado, apresentando resultados e esclarecendo dúvidas. Além disso, a Fundação também aderiu à campanha “No Meu Dinheiro Mando Eu”, uma ação que buscava apontar as principais “armadilhas do consumo” que encontramos no dia a dia.

2019 já tem se mostrado um ano desafiador. Mas podemos tranquilizá-los de que o nosso papel está sendo cumprido: trabalhar forte, com dedicação e transparência, buscando fortalecer cada vez mais o nosso Patrimônio.

Uma boa leitura a todos!

Síntese dos Resultados

Os resultados da Baneses em 2018 estão detalhados neste relatório. Contudo, segue abaixo uma síntese dos principais números:

- A Baneses pagou R\$ 129,65 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de Resgates Por Desligamento e Pecúlios); recebeu R\$ 39,31 milhões de contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores do Plano II, inclusive receitas do Contrato do Governo.
- Recebeu R\$ 5,37 milhões de contribuições dos participantes ativos e patrocinadores do Plano III e pagou de Resgate Por Desligamento R\$ 17,00 mil.
- Encerrou o exercício de 2018 com 2.256 assistidos (aposentados e pensionistas) e 1.645 participantes (ativos, autopatrocinados e em suspensão de contribuição) do Plano II de Aposentadoria; e 515 participantes (ativos e autopatrocinado) do Plano III de Aposentadoria.
- O passivo atuarial do Plano II cresceu 5,09%, sendo de R\$ 1,59 bilhão para R\$ 1,67 bilhão;
- O passivo atuarial do Plano III cresceu 154,80% sendo de R\$ 3,46 milhões para R\$ 8,81 milhões;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano II cresceu 6,18%, sendo de R\$ 1,60 bilhão para R\$ 1,70 bilhão;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano III cresceu 154,80% sendo de R\$ 3,45 milhões para R\$ 8,79 milhões;
- O Plano II registrou em 2018 déficit técnico acumulado de R\$ 43,78 milhões (déficit de R\$ 25,53 milhões em 2017), sendo 2,57% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.
- Fator que levou ao Déficit das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros naquele ano (6,00% a.a. para 5,75% a.a.), sendo acrescido nos exercícios posteriores pela alteração das tábuas (Mortalidade Geral AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%; Mortalidade de Inválidos AT-49, segregada por sexo, sem agravamentos; Entrada em Invalidez Mercer Disability, com 50% de desagravamento linear em todas as idades) e pela nova redução da taxa de juros em 0,25 pontos percentuais, ambas alterações fundamentadas por estudos de aderência das hipóteses atuariais e adequação da taxa de juros.
- A rentabilidade do Plano II foi de 11,47% (pelo método de Taxa Interna de Retorno do Patrimônio Líquido Contábil), próximo ao IGP-DI + 5,75%a.a. de 13,26%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos de renda variável (17,23%), empréstimos (16,89%) e renda fixa (11,17%);
- Os fatores mais relevantes que contribuíram positivamente para o resultado do ano foram as rentabilidades obtidas em ações negociadas na bolsa de valores (21,89%), presente na carteira própria da Baneses, e em fundos de investimentos em ações (14,60%);
- O Plano III acumulou uma rentabilidade bruta de 6,07%, calculada a partir do método de taxa interna considerando apenas os investimentos do Plano, próximo ao CDI no mesmo período.

Gestão de Investimento

No decorrer de 2018 teve muita volatilidade no mercado com o cenário político-econômico: guerra comercial entre EUA e China, eleições presidenciais no Brasil, queda da taxa de juros no Brasil, com a taxa Selic em baixos níveis históricos, 6,50%a.a., e aumento na dos EUA, e ainda ocorreu a greve dos caminhoneiros que amargou os meses de maio e junho.

O ano de 2019 começa com um enorme desafio para a economia brasileira, além, das inúmeras incertezas acerca do cenário global, são riscos que nos acompanharão ao longo desse ano. No que concerne ao cenário econômico doméstico, o mercado tem se mostrado otimista quanto às reformas prometidas para o ano. No entanto, apesar das promessas e das diversas discussões sobre possíveis mudanças e reformas, nada concreto ainda foi realizado, sendo ainda difícil antecipar possíveis cenários.

As carteiras dos Planos sofreram pequenos ajustes ao longo do ano de 2018, visto o cenário de juro menor e, conseqüentemente, de maior risco. Todas os ajustes foram feitos de forma parcimoniosa, e sempre visando a melhor relação risco x retorno para o plano. Ajustes pontuais poderão ser feitos ao longo do ano, à medida em que o cenário se tornar mais claro.

Plano II

No exercício findo em 2018, o recurso garantidor de reserva técnica do Plano II era de R\$ 1,66 bilhão e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 11,47%, frente à meta atuarial (IGP-DI + 5,75%a.a.), de 13,26%.

Plano III

Ao final de dezembro de 2018, o recurso garantidor de reserva técnica do Plano III era de R\$ 8,8 milhões e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 6,07%.

PGA

No exercício findo em 2018, o recurso garantidor de reserva técnica do PGA era de R\$ 15,16 milhões e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 6,15%.

RESUMO DOS INVESTIMENTOS - PGA

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2018	2017	
INVESTIMENTOS	15.160	15.765	-3,84
Investimentos em Renda Fixa	15.160	15.765	-3,84
LFT	-	15.002	
Fundos de Investimento	15.160	763	

RESUMO DOS INVESTIMENTOS - PLANO II

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2018	2017	
INVESTIMENTOS	1.663.112	1.530.758	8,65
Investimentos em Renda Fixa	1.293.827	1.211.424	6,80
LFT	37.863	82.104	
NTN – C	224.089	208.304	
NTN – B	875.631	795.986	
Fundos de Investimento	156.244	125.030	
Investimentos em Renda Variável	217.111	188.327	15,28
Ações Banestes	35.824	31.792	
EDP ON	14.351	13.621	
Bradesco PN	4.297	3.421	
Petrobras PN	7.328	5.202	
Vale ON	11.197	8.839	
Fundo de Ações	143.634	125.022	
Dividendos à Receber	480	430	
Investimentos Estruturados	78.741	58.120	35,48
Fundos de Participações	18.202	14.624	
Fundos Multimercado	55.339	37.872	
Fundo Imobiliário	5.200	5.624	
Investimentos Imobiliários	33.757	34.240	-1,41
Empréstimos aos Participantes	39.676	38.647	2,66



RESUMO DOS INVESTIMENTOS - PLANO III

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2018	2017	
INVESTIMENTOS	8.803	3.441	156,00
Investimentos em Renda Fixa	8.803	3.441	156,00
LFT	-	-	
Fundos de Investimento	8.803	3.441	

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PGA

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2018
RENDA FIXA		9.947		65,61	65,61	
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	2.940	0,27	19,40	19,40	1.102.841
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	2.197	1,36	14,49	14,49	161.976
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	1.633	0,21	10,77	10,77	776.180
SULAMÉRICA ATIVO FI RENDA FIXA LP	07.381.653/0001-07	2.212	0,33	14,59	14,59	671.170
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	965	0,07	6,37	6,37	1.311.527
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		5.213		34,39	34,39	
SAFRA CARTEIRA PREMIUM FI MULTIMERCADO	17.253.869/0001-40	5.213	0,26	34,39	34,39	2.020.509
TOTAL		15.160		100,00	100,00	

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PLANO II

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2018
RENDA FIXA		135.461		8,15	35,78	
AZ QUEST LUCE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	23.556.185/0001-10	8.092	0,16	0,49	2,14	5.084.619
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	53.298	100,00	3,20	14,08	53.298
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	4.698	2,45	0,28	1,24	191.532
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	20.230.719/0001-26	7.428	0,82	0,45	1,96	903.419
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	3.906	0,35	0,23	1,03	1.102.841
BRADERCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	3.935	0,71	0,24	1,04	556.904
ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FIC RENDA FIXA	12.682.783/0001-10	1.740	3,88	0,10	0,46	44.842
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	5.507	3,40	0,33	1,45	161.976
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	09.093.883/0001-04	5.661	0,31	0,34	1,50	1.843.700
ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO 5 FIC RENDA FIXA	09.093.819/0001-15	3.920	0,33	0,24	1,04	1.197.433
MODAL GAIA INSTITUCIONAL RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	4.676	4,00	0,28	1,24	116.912
SANTANDER IMA-B 5 TOP FI RENDA FIXA LP	18.599.673/0001-75	2.408	1,65	0,14	0,64	146.182
SANTANDER IMA-B INSTITUCIONAL TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP	14.504.578/0001-90	1.803	0,26	0,11	0,48	687.691
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	2.443	0,31	0,15	0,65	776.180
SULAMÉRICA ATIVO FI RENDA FIXA LP	07.381.653/0001-07	6.921	1,03	0,42	1,83	671.170
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	8.101	0,62	0,49	2,14	1.311.527
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	11.046.179/0001-34	10.924	0,74	0,66	2,89	1.485.784
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		20.783		1,25	5,49	
BRADERCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	21.287.421/0001-15	4.113	2,29	0,25	1,09	179.263
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	247	5,00	0,01	0,07	4.941
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	3.543	0,21	0,21	0,94	1.692.975
NOVUS CAPITAL INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	06.301.947/0001-19	3.014	0,56	0,18	0,80	540.724
SAFRA CARTEIRA PREMIUM FI MULTIMERCADO	17.253.869/0001-40	9.866	0,49	0,59	2,61	2.020.509
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		55.338		3,33	14,62	
AZ QUEST MULTI FIC MULTIMERCADO	04.455.632/0001-09	4.883	0,78	0,29	1,29	626.197
BAHIA AM MARAÚ FIC MULTIMERCADO	17.087.932/0001-16	4.231	0,08	0,25	1,12	5.445.410

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2018
BRADERCO MACRO FIC MULTIMERCADO	12.085.947/0001-21	6.871	0,47	0,41	1,81	1.464.658
GARDE DUMAS FIC MULTIMERCADO	18.961.501/0001-08	9.646	1,20	0,58	2,55	806.538
KINEA CHRONOS FI MULTIMERCADO	21.624.757/0001-26	10.412	0,17	0,63	2,75	6.019.953
MAUÁ MACRO FIC MULTIMERCADO	05.903.038/0001-98	5.570	0,42	0,33	1,47	1.331.439
NOVUS CAPITAL MACRO FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	4.735	2,56	0,28	1,25	184.587
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FIC MULTIMERCADO	22.345.384/0001-17	3.961	0,29	0,24	1,05	1.372.885
SULAMÉRICA ENDURANCE FI MULTIMERCADO	11.458.131/0001-33	2.617	0,68	0,16	0,69	387.319
VINCI ATLAS FIC MULTIMERCADO	24.572.582/0001-49	2.412	1,01	0,15	0,64	237.834
RENDA VARIÁVEL		143.635		8,64	37,94	
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	13.918	1,81	0,84	3,68	767.259
BAHIA AM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	2.450	1,03	0,15	0,65	237.503
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	12.239.939/0001-92	12.796	4,64	0,77	3,38	275.728
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	11.108.013/0001-03	4.863	4,77	0,29	1,28	101.871
BRADERCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	3.696	0,19	0,22	0,98	1.943.990
BRADERCO SMALL CAP PLUS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	16.628	4,71	1,00	4,39	353.180
BRASIL CAPITAL 30 FIC AÇÕES	14.866.273/0001-28	4.561	1,54	0,27	1,20	296.715
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	02.895.694/0001-06	5.238	1,40	0,31	1,38	374.980
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	08.279.304/0001-41	7.602	2,38	0,46	2,01	319.834
JMALUCCELLI MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	10.280	7,96	0,62	2,72	129.076
MOAT CAPITAL FIC AÇÕES	20.658.576/0001-58	7.715	0,77	0,46	2,04	1.001.482
NAVI INSTITUCIONAL FI AÇÕES	14.113.340/0001-33	4.811	0,83	0,29	1,27	582.052
NEO NAVITAS FIC AÇÕES	11.961.199/0001-30	7.087	1,54	0,43	1,87	458.965
OCEANA SELECTION FIC AÇÕES	17.157.131/0001-80	12.707	1,48	0,76	3,36	859.413
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	14.929	9,22	0,90	3,94	161.954
SHARP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL FI AÇÕES	17.898.650/0001-07	5.283	8,41	0,32	1,40	62.795
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	16.575.255/0001-12	9.071	3,07	0,55	2,40	295.047
PARTICIPAÇÕES		18.201		1,09	4,81	
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	14.584.094/0001-06	3.814	1,06	0,23	1,01	361.219
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL MULTIESTRATÉGIA FIP	12.188.161/0001-30	7.247	2,74	0,44	1,91	264.676
LACAN FLORESTAL MULTIESTRATÉGIA FIP	13.812.224/0001-40	7.140	1,97	0,43	1,89	361.802
IMOBILIÁRIOS		5.200		0,31	1,37	
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	5.200		0,31	1,37	
TOTAL		378.618		20,13	100,00	

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas



FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PLANO III

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2018
RENDA FIXA		6.114		69,45	69,45	
BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	1.475	0,13	16,76	16,76	1.102.841
ICATU VANGUARDA PLUS FI RENDA FIXA LP	05.755.769/0001-33	1.825	1,13	20,73	20,73	161.976
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	2.041	0,26	23,18	23,18	776.180
SULAMÉRICA ATIVO FI RENDA FIXA LP	07.381.653/0001-07	773	0,12	8,78	8,78	671.170
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		2.689		30,55	30,55	
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	1.900	0,11	21,58	21,58	1.692.975
SAFRA CARTEIRA PREMIUM FI MULTIMERCADO	17.253.869/0001-40	789	0,04	8,97	8,97	2.020.509
TOTAL		8.803		100,00	100,00	

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

Relatório de Atividades

PLANO II

Renda Fixa

A alocação proposta para o segmento de renda fixa tem por objetivo a adequação dos ativos às obrigações atuariais do Plano.

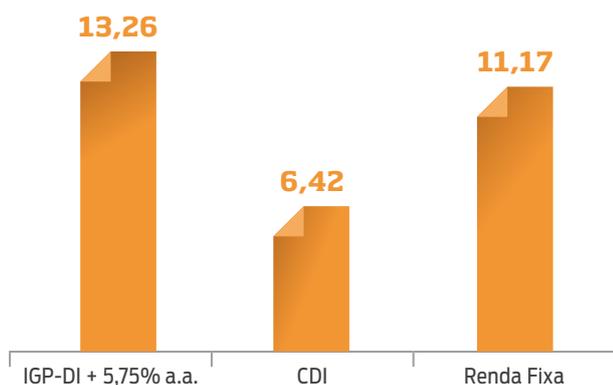
Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFT's, NTN-B's e NTN-C's) e Fundos de Investimento, e respondem por 77,8% da carteira total de investimentos.

Os demais recursos alocados são utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo e para aproveitamento das oportunidades de investimentos.

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram o montante de R\$ 1,29 bilhão, apresentando, assim, uma evolução de 6,8% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2017.

A rentabilidade anual da carteira de renda fixa, medida pela taxa interna de retorno (TIR), foi de 11,17%, superior a 6,42% do CDI e um pouco abaixo dos 13,26% do IGP-DI + 5,75% a.a..

Rentabilidade de Renda Fixa - 2018



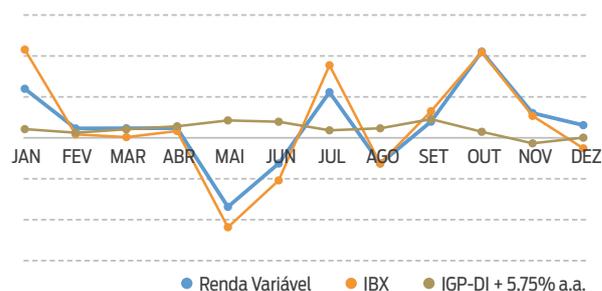
Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 217,11 milhões, representando 13,05% da carteira total de investimentos da Banestes.

A carteira própria é composta por ações das empresas de capital aberto: Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras, Vale e, ainda, os Fundos de Investimento em Ações com gestores diversificados e buscando uma gestão mais ativa.

A Banestes iniciou o ano com exposição de R\$ 188,33 milhões investidos em renda variável. Com as sucessivas altas da Bolsa de Valores ao longo do ano, a Banestes, ao final do exercício, apresentou uma rentabilidade positiva de 17,23% frente a 13,26% do IGP-DI + 5,75% a.a. e 15,42% do IBX. No exercício de 2018 a carteira teve um aumento de 15,28% se comparado ao exercício de 2017 apenas com performance.

Rentabilidade de Renda Variável - 2018



Investimentos Estruturados

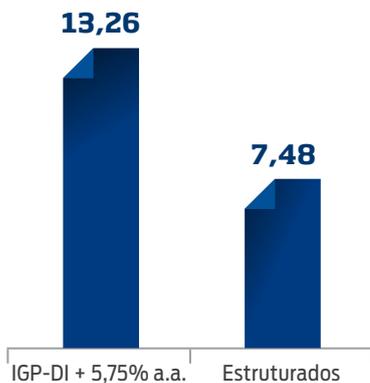
A carteira é composta por Fundo de Investimento Imobiliário (FII), Fundos de Investimento em Participações (FIP's) - uma espécie de condomínio fechado que investe na economia real por meio de participações em empresas - e por Fundos de Investimento Multi-mercados que no decorrer de 2018 teve um aumento

de posição na busca de melhores rendimentos para o segmento, saindo de um montante de R\$ 37,87 milhões em 2017 para R\$ 55,34 milhões no fechamento de 2018.

A Baneses possui aplicação em 3 FIP's que investem em setores de infraestrutura, energia renovável e florestas. Alguns desses fundos vêm sofrendo com questões relacionadas a mudanças regulatórias, crises no setor energético, problemas administrativos e no desenvolvimento das obras, influência política, entre outros. Entretanto, os cotistas e gestores vem trabalhando intensamente para minimizar as perdas e trazer resultados positivos para os fundos.

Assim, com todo o trabalho realizados nos FIP's e o processo de alocação em fundos de investimentos multimercados, a carteira de Investimentos Estruturados apresentou, no final do período, uma rentabilidade positiva em 7,48% e um saldo de R\$ 78,74 milhões, representando 4,73% dos investimentos da Baneses, uma evolução de 35,48% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2017.

Rentabilidade de Estruturados - 2018

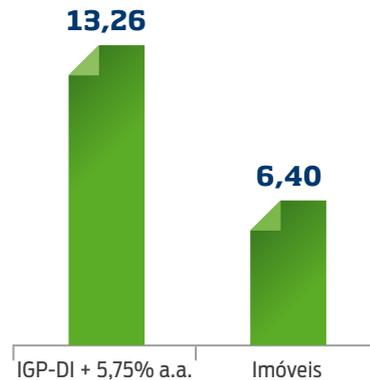


Imóveis

A carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 33,76 milhões, representando 2,03% dos investimentos da Baneses.

O segmento de imóveis atingiu ao final de 2018 uma rentabilidade 6,40%.

Rentabilidade dos Imóveis - 2018



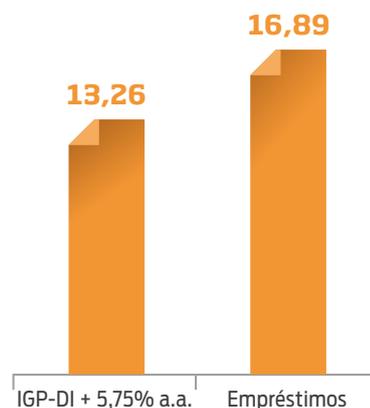
Empréstimos

O saldo de Operação com Participantes ao final do ano de 2018, que consiste na concessão de empréstimos, era de R\$ 39,68 milhões, composto por 1.833 contratos ativos, equivalente a 2,39% dos investimentos da Baneses.

A modalidade de Empréstimo Pessoal concede valores com taxas inferiores às praticadas no mercado financeiro e os juros pagos retornam ao patrimônio da Fundação, que pertence aos Participantes.

A carteira de empréstimos registrou, no ano, rentabilidade de 16,89%, equivalente a 262,84% do CDI e 127,39% da meta (IGP-DI + 5,75% a.a.).

Rentabilidade dos Empréstimos - 2018



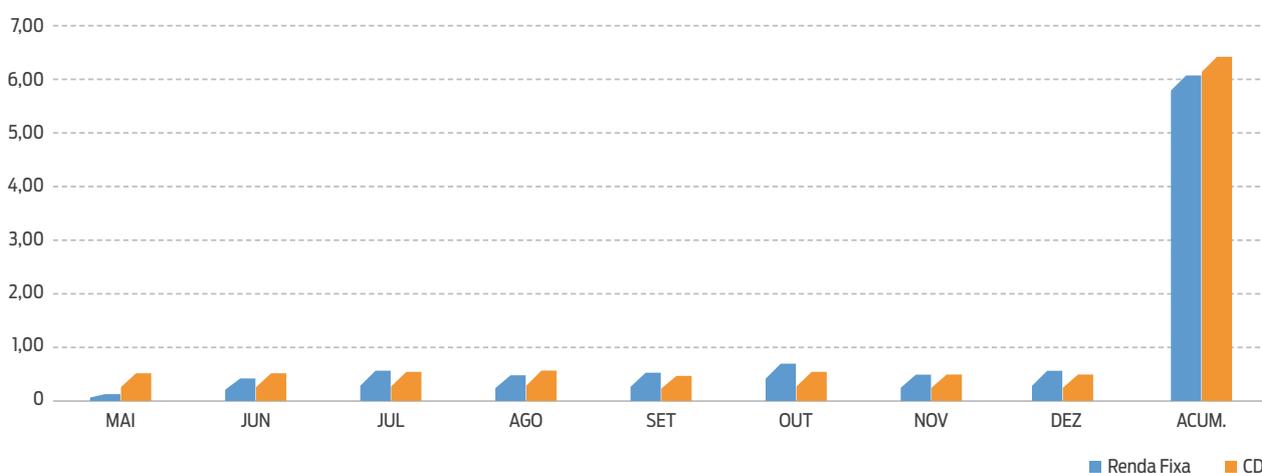
PLANO III

Renda Fixa

Desde seu período de constituição (19/05/2017), os investimentos do Plano III têm seguido uma estratégia conservadora, aplicando seus recursos em ativos de renda fixa, notadamente, em fundos de investimentos de renda fixa e multimercado, que possuem uma rentabilidade próximo ao CDI.

Com o atual cenário econômico doméstico, com a Selic se mantendo em sua mínima histórica em 6,5% a.a. e a inflação ainda em patamares baixos, os investimentos em renda fixa têm apresentado retornos aquém do esperado, conforme gráfico abaixo:

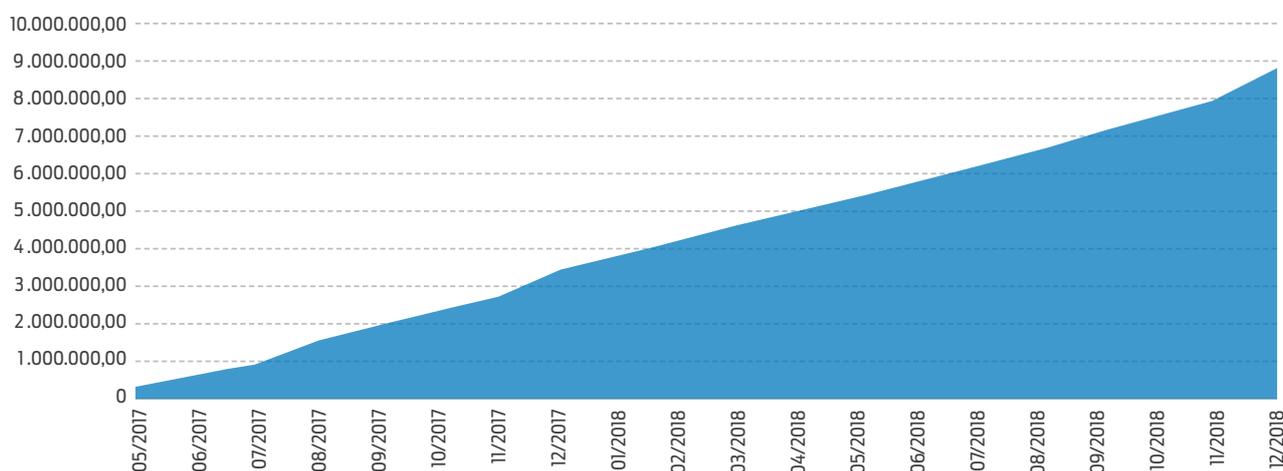
Rentabilidade Plano III de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Evidenciamos que com a elaboração da Política de Investimentos do Plano III para 2019 será possível uma maior diversificação dos investimentos do Plano, possibilitando investimentos com maior retorno e maior risco, porém, de forma a garantir a preservação dos recursos.

Além disso, destacamos que o Plano III está em crescimento, fazendo com que suas despesas obrigatórias tenham cada vez menor impacto na rentabilidade.

Evolução da posição dos investimentos





Demonstrativo Analítico de Investimentos

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2018	(%)	2017	(%)
Renda Fixa	15.160	100,00	15.765	100,00
Total dos Investimentos	15.160	100,00	15.765	100,00

PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO II

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2018	(%)	2017	(%)
Renda Fixa	1.293.827	77,80	1.211.424	82,68
Renda Variável	217.111	13,05	188.327	10,70
Investimentos Estruturados	78.741	4,73	58.120	2,24
Investimentos Imobiliários	33.757	2,03	34.240	1,79
Empréstimos aos Participantes	39.676	2,39	38.647	2,60
Total dos Investimentos	1.663.112	100,00	1.530.758	100,00

PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO III

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2018	(%)	2017	(%)
Renda Fixa	8.803	100,00	3.441	-
Total dos Investimentos	8.803	100,00	3.441	-



RENTABILIDADE DO PLANO II - 2018

(Em %)

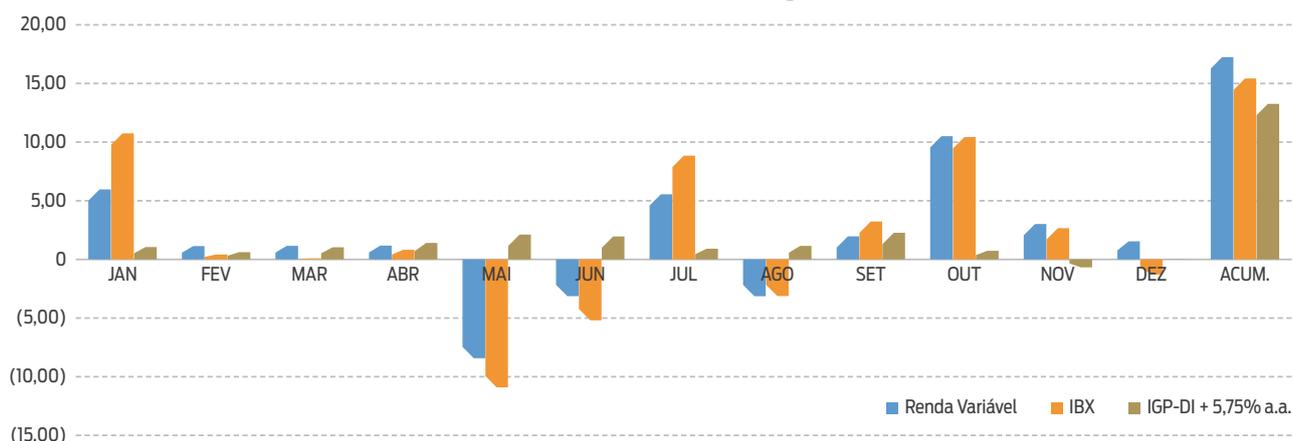
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,09	0,65	0,86	0,63	0,81	1,46	1,35	0,79	0,88	1,27	0,53	0,32	11,17
Renda Variável	5,97	1,14	1,16	1,17	(8,42)	(3,14)	5,55	(3,14)	1,96	10,50	3,02	1,54	17,23
Estruturados	1,28	2,37	0,74	0,40	(1,23)	0,54	1,61	(0,59)	1,57	1,03	(0,15)	(0,27)	7,48
Imóveis	0,50	0,50	0,48	0,50	0,50	0,53	0,53	0,53	0,53	0,54	0,54	0,54	6,40
Empréstimos	1,51	1,39	0,73	1,25	(0,43)	1,89	2,52	1,08	1,35	2,18	1,56	0,71	16,89
Investimentos	1,66	0,83	0,83	0,70	(0,45)	0,87	1,71	0,29	0,96	2,29	0,80	0,44	11,47

ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2018

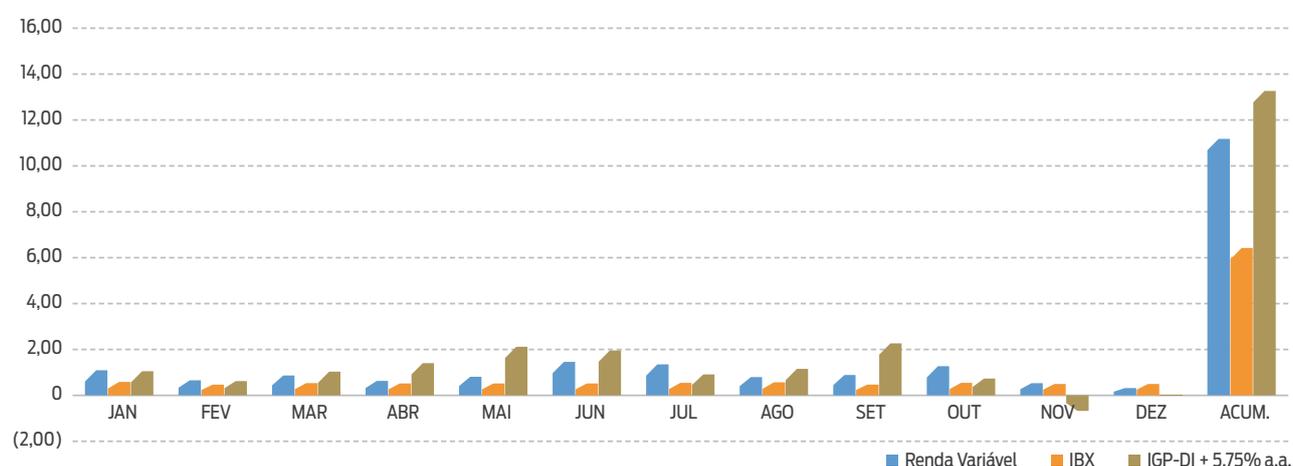
(Em %)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,58	0,46	0,53	0,52	0,52	0,52	0,54	0,57	0,47	0,54	0,49	0,49	6,42
IBX	10,74	0,42	0,08	0,82	(10,91)	(5,19)	8,84	(3,13)	3,23	10,42	2,66	(1,29)	15,42
IGP-DI + 5,75% a.a.	1,05	0,62	1,03	1,40	2,11	1,95	0,91	1,15	2,27	0,73	(0,68)	0,01	13,26

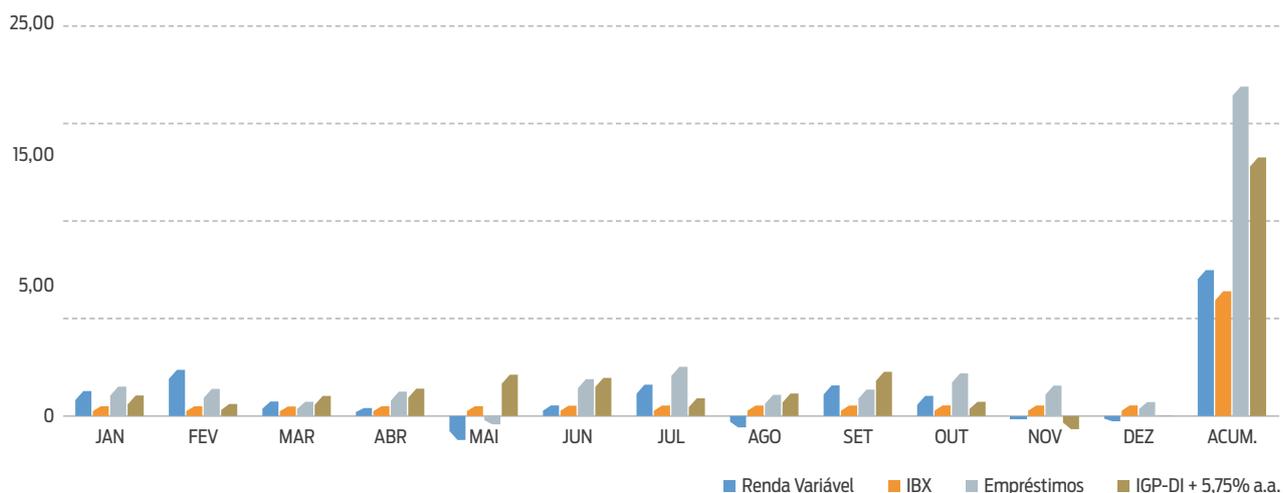
Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Variável



Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Rentabilidade Plano II de Benefícios - Comparativo Índices de Referência



RENTABILIDADE DO PLANO III - 2018

(Em %)

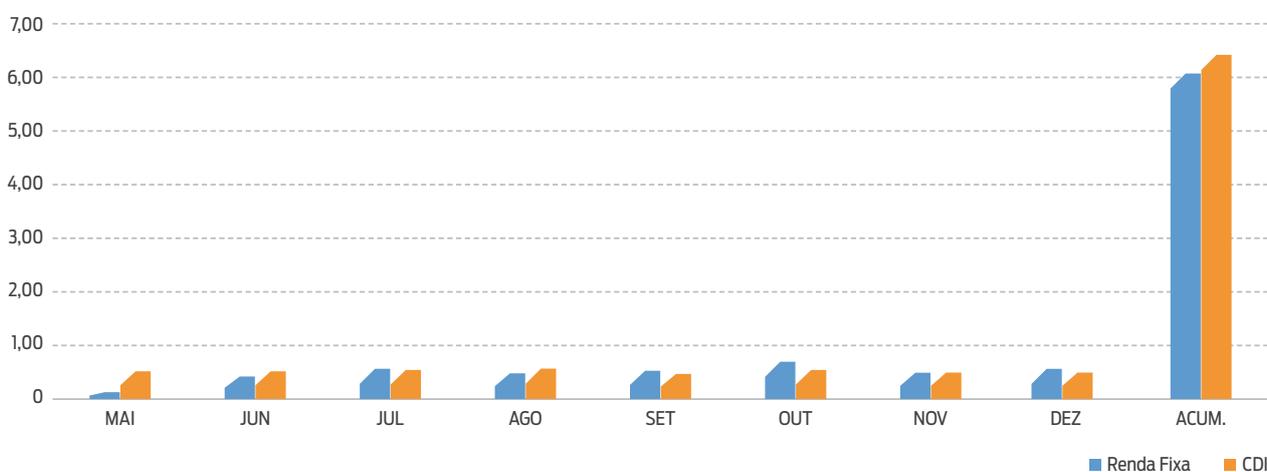
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,63	0,38	0,58	0,46	0,13	0,42	0,57	0,48	0,53	0,70	0,49	0,56	6,07
Investimentos	0,63	0,38	0,58	0,46	0,13	0,42	0,57	0,48	0,53	0,70	0,49	0,56	6,07

ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2018

(Em %)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI*	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,58	0,46	0,53	0,52	0,52	0,52	0,54	0,57	0,47	0,54	0,49	0,49	6,42

Rentabilidade Plano III de Benefícios - Comparativo Renda Fixa





RENTABILIDADE DO PGA - 2018

(Em %)

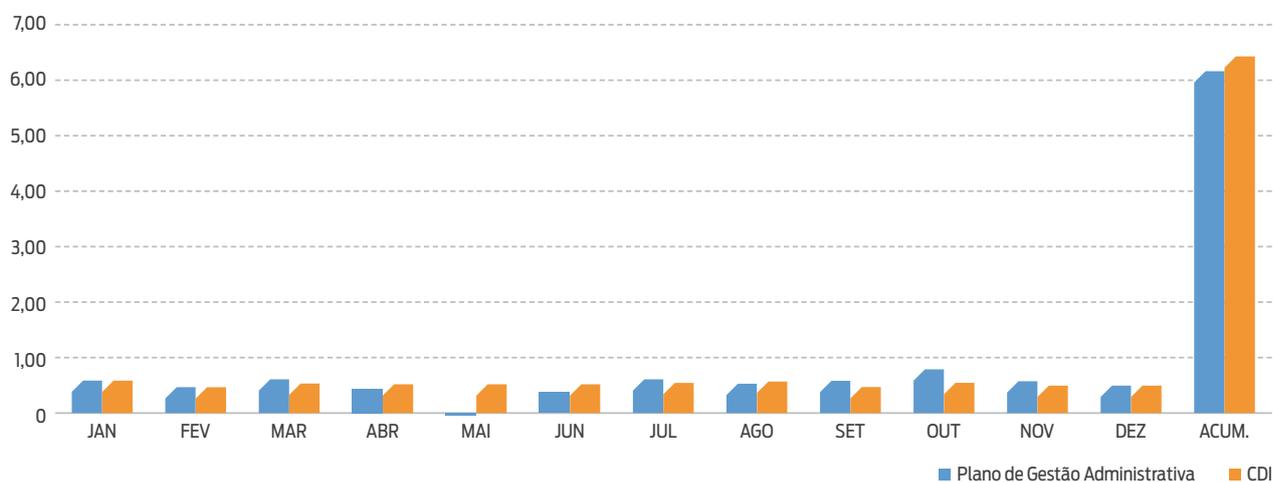
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,58	0,47	0,61	0,44	-0,05	0,38	0,61	0,53	0,58	0,79	0,57	0,49	6,15
Plano de Gestão Administrativa	0,58	0,47	0,61	0,44	-0,05	0,38	0,61	0,53	0,58	0,79	0,57	0,49	6,15

ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2018

(Em %)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CDI	0,58	0,46	0,53	0,52	0,52	0,52	0,54	0,57	0,47	0,54	0,49	0,49	6,42

Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



LIMITES OPERACIONAIS - 2018 - PGA

(Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018)

(Em R\$ mil)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	16.273
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(890)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.383
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	15.160
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	15
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	15.175

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,00	15.160	99,54	98,22
Títulos Federais	OK	100,00	1.343	8,85	8,73
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,00	-	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,00	-	-	-
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	1.343	8,85	8,73
Ativos de Renda Fixa	OK	80,00	3.819	25,16	24,82
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,00	-	-	-
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
CRI - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,00	-	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,00	3.819	25,16	24,82
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,00	-	-	-
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,00	-	-	-
Fundos de Investimentos	OK	100,00	9.998	65,53	64,66
FI Crédito Privado	OK	100,00	965	6,36	6,27
FI Renda Fixa	OK	100,00	8.981	59,18	58,39
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	52	-	-
TOTAL	-	-	15.160	-	98,55

LIMITES OPERACIONAIS - 2018 - PLANO II

(Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018)

(Em mil R\$)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	1.688.303
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(1.825)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	11.691
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.674.787
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.663.112
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	(54)
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	1.663.058

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,00	1.339.501	80,54	79,98
Títulos Federais	OK	100,00	1.183.952	71,19	70,69
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,00	1.099.720	66,13	65,66
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,00	37.863	2,28	2,26
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	9.573	0,58	0,57
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,00	36.795	2,21	2,20
Ativos de Renda Fixa	OK	80,00	19.931	1,20	1,19
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,00	-	-	-
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	80,00	-	-	-
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,00	19.917	1,20	1,19
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,00	14	0,00	0,00
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,00	14	0,00	0,00
Fundos de Investimentos	OK	100,00	135.619	8,15	8,10
FI Crédito Privado	OK	100,00	71.736	4,31	4,28
FI Renda Fixa	OK	20,00	63.726	3,83	3,80
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,00	157	0,01	0,01
ESTRUTURADO	OK	20,00	23.402	1,41	1,40
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,00	5.200	0,31	0,31
Claritas Logística FII	OK	10,00	5.200	0,37	0,38
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,00	18.202	1,09	1,09
Brasil Energia Renovável FIP	OK	10,00	7.248	0,44	0,43
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,00	3.814	0,23	0,23

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCAÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
Lacan Florestal FIP	OK	10,00	7.140	0,43	0,43
RENDA VARIÁVEL	OK	70,00	222.081	13,35	13,26
Ações BANESTES	OK	10,00	35.824	2,15	2,14
ON	OK	10,00	19.580	1,18	1,17
PN	OK	10,00	16.244	0,98	0,97
OI PN	OK	10,00	0	0,00	0,00
ENBR ON	OK	10,00	14.351	0,86	0,86
BRADESCO PN	OK	10,00	4.297	0,26	0,26
PETROBRAS PN	OK	10,00	7.328	0,44	0,44
VALE PNA	OK	10,00	11.197	0,67	0,67
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,00	143.634	8,64	8,58
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,00	132	0,01	0,01
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	35,00	4.840	0,29	0,29
Dividendos à Receber			480	0,03	0,03
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	10,00	4.693	0,28	0,28
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	10,00	4.693	0,28	0,28
IMÓVEIS	OK	8,00	33.757	2,03	2,02
Máx. 8,00 %	OK	8,00	34.240	2,24	2,15
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,00	39.676	2,39	2,37
Empréstimos	OK	15,00	39.676	2,39	2,37
TOTAL	-	-	1.663.112	-	99,30
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,00	35.824	2,15	2,14
Ações BANESTES	OK	10,00	35.824	2,15	2,14



LIMITES OPERACIONAIS - 2018 - PLANO III

(Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018)

(Em mil R\$)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	8.811
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(5)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	-
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.806
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	8.803
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	6
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	8.809

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO*	LIMITE (% DOS RGRT)*	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	N/A	N/A	8.788	99,76	99,80
Títulos Federais	N/A	N/A	1.032	11,71	11,71
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	N/A	N/A	1.032	11,71	11,71
Ativos de Renda Fixa	N/A	N/A	1.643	18,65	18,66
Outras Operações de Renda Fixa	N/A	N/A	1.643	18,65	18,66
Fundos de Investimentos	N/A	N/A	6.114	69,40	69,43
FI Renda Fixa	N/A	N/A	6.114	69,40	69,43
TOTAL	-	-	8.803	-	99,96

OBSERVAÇÕES:

- A Política de Investimentos do Plano III foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 20 de dezembro de 2018 e passa a vigorar a partir d 1º de janeiro de 2019.



Informações
Referentes à
**Política de
Investimentos**

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos dos Planos II e III de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa referentes ao período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023.

Plano de Gestão Administrativa

Período de Referência: Janeiro de 2019 a dezembro de 2019

Política de Alçada

Limites de alçada

Modalidade	Orgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

Alocação objetivo e limites de alocação

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.661 e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

Alocação dos recursos

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

Benchmark e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 06/2018 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Benchmark e metas de rentabilidade

Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 4,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 8,00% a.a.

Adicionalmente, a Instrução Previc nº 06/2018 determina que a Política de Investimento deve conter a rentabilidade auferida por plano e segmento de aplicação nos cinco exercícios anteriores a que a Política de Investimento se refere, de forma acumulada e por exercício.

Rentabilidade auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulado
Renda Fixa	10,89%	13,09%	14,02%	10,00%	6,16%	66,97%
Investimentos ¹	10,89%	13,09%	14,02%	10,00%	6,16%	66,97%

¹ Desde sua constituição o PGA é composto apenas por investimentos em Renda Fixa.

Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Critérios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Funda-

ção, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

Gestão de risco

A Baneses monitora os seguintes riscos na gestão de recursos do PGA:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de exposição em derivativos
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistemico
- Risco de terceirização



Plano II de Benefícios

Principais características do Plano:

- **Tipo de Plano:** Contribuição Variável (CV)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 1998001229
- **Meta de Rentabilidade:** IGP-DI + 5,75% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR):** Réveles Belarmino dos Santos
- **Período de Referência:** Janeiro de 2019 a dezembro de 2019

Política de Alçada

LIMITES DE ALÇADA

Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Estruturado	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Participações	Conselho Deliberativo

Alocação objetivo e limites de alocação

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	77,58%	30%	100%
Renda Variável	70%	12,57%	0%	40%
Estruturados	20%	5,05%	0%	10%
Exterior	10%	0,00%	0%	2%
Imobiliário	20%	2,39%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	2,41%	0%	15%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Benchmark e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 06/2018 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Plano	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 5,75% a.a.
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 4,0% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 8,0% a.a.
Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 7,5% a.a.
Imobiliário	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6,0% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 7,8% a.a.
Exterior	IBrX	IGP-DI + 8,00% a.a.

Adicionalmente, a Instrução Previc nº 06/2018 determina que a Política de Investimento deve conter a rentabilidade auferida por plano e segmento de aplicação nos cinco exercícios anteriores a que a Política de Investimento se refere, de forma acumulada e por exercício.

Rentabilidade auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulado
Renda Fixa	13,25%	17,44%	14,42%	9,37%	11,17%	85,02%
Renda Variável	-4,70%	-8,10%	28,42%	27,49%	17,23%	68,08%
Estruturados	1,15%	-4,30%	2,80%	9,72%	7,48%	17,34%
Imobiliário	77,39%	6,92%	8,16%	49,85%	6,40%	227,10%
Operação com participantes	14,49%	19,24%	15,71%	10,65%	16,89%	104,32%
Exterior	-	-	-	-	-	-
Investimentos	10,06%	12,05%	15,33%	12,04%	11,79%	78,13%

¹ Por considerar apenas imóveis em carteira própria, conforme definido na CMN 3.792/2009 (revogada), as rentabilidades auferidas em 2014 e 2017 foram impactadas pela reavaliação dos imóveis;

² A Baneses não possui investimentos no exterior.

Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Crterios de Contratao de Gestores:** Capacitao Tcnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histrica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histrico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasioes em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, ser realizado o acompanhamento da adequao dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponvel, quanto a exposio, aos fatores de risco, incorrida pela Fundao, quanto aos ativos elegveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratgias formuladas e dos desempenhos.

Gestao de risco

A Baneses utiliza os seguintes critrios de controles internos aplicados na gesto de risco:

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de mercado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelos de VaR e B-VaR ▪ Teste de Stress 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controles pelos gestores exclusivos; ▪ Relatrios de risco consultoria externa; ▪ Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos; ▪ Relatrio Gerencial.

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitação por contraparte; ▪ Diversificação; ▪ Acompanhamento de <i>Ratings</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controles pelos gestores exclusivos; ▪ Relatório de risco da consultoria externa; ▪ Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>ratings</i>; ▪ Relatório gerencial.
Risco de liquidez	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Liquidez dos ativos de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoramento dos prazos de resgates e carência de fundos abertos; ▪ Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance da consultoria externa; ▪ Relatório gerencial; ▪ Após concluído o estudo de ALM a EFPC extrai do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco operacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controles Inadequados; ▪ Falha de gerenciamentos; ▪ Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação e descrição de rotinas de trabalho; ▪ Adoção de práticas de Governança corporativa; ▪ Certificação dos profissionais que participam do processo de decisão dos investimentos.
Risco legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violação da Legislação e Política; ▪ Violação de Regulamentos; ▪ Falta em contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquadramento legal; ▪ Enquadramento da Política de Investimentos; ▪ Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Copliance da consultoria externa; ▪ Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço; ▪ Contratação de custódia e controladoria especializada impedindo operações fora da norma.
Risco sistêmico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar os investimentos em títulos soberanos e títulos que disponham de garantias; ▪ Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste

Diretora de Investimentos

CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 20 de dezembro de 2018

Ata CD: Livro 49 / Páginas 12 e 13/30.



Plano III de Benefícios

Principais características do Plano:

- **Tipo de Plano:** Contribuição Definida (CD)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 2017000256
- **Meta de Rentabilidade:** IPCA + 4,50% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR):** Réveles Belarmino dos Santos
- **Período de Referência:** Janeiro de 2019 a dezembro de 2019

Política de Alçada

LIMITES DE ALÇADA

Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Conselho Deliberativo
DPGEs	Conselho Deliberativo
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado EFPC	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Estruturado	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo

Limites de alocação

A tabela a seguir mostra os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e eventuais sub-segmentos em que a Banestes poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Limite Legal	Limites	
		Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	50%	100%
Renda Variável	70%	0%	20%
Estruturados	20%	0%	15%
Operações com Participantes	15%	0%	15%

Benchmark e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e a Instrução Previc nº 06/2018 exigem que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Plano	IPCA + 4,50% a.a.	IPCA + 4,50% a.a.
Renda Fixa	CDI	IPCA + 4,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IPCA + 7,50% a.a.
Estruturados	CDI + 2,00% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Operações com Participantes	IPCA + 4,50% a.a.	IPCA + 6,50% a.a.

Adicionalmente, a Instrução Previc nº 06/2018 determina que a Política de Investimento deve conter a rentabilidade auferida por plano e segmento de aplicação nos cinco exercícios anteriores a que a Política de Investimento se refere, de forma acumulada e por exercício.

Rentabilidade auferida pelo plano nos últimos 5 exercícios

Segmento	2014	2015	2016	2017 ¹	2018	Acumulado
Renda Fixa	-	-	-	5,50%	6,07%	11,90%
Investimentos	-	-	-	5,50%	6,07%	11,90%

¹ Rentabilidade a partir da constituição do Plano III em 19 de maio de 2017.

Gestão de recursos

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **CrITÉrios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

Gestão de risco

A Baneses utiliza os seguintes critérios de controles internos aplicados na gestão de risco:

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco de mercado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelos de VaR e B-VaR ▪ Teste de Stress 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios de risco consultoria externa; ▪ Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos; ▪ Relatório Gerencial.
Risco de crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Limitação por contraparte; ▪ Diversificação; ▪ Acompanhamento de <i>Ratings</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de risco da consultoria externa; ▪ Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de ratings; ▪ Relatório gerencial.
Risco de liquidez	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Liquidez dos ativos de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoramento dos prazos de resgates e carência de fundos abertos; ▪ Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance da consultoria externa; ▪ Relatório gerencial.
Risco operacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controles Inadequados; ▪ Falha de gerenciamentos; ▪ Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação e mapeamento de processo e rotinas de trabalho; ▪ Adoção de práticas de Governança corporativa; ▪ Certificação dos profissionais que participam do processo de decisão dos investimentos.

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violação da Legislação e Política; ▪ Violação de Regulamentos; ▪ Falta em contratos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquadramento legal; ▪ Enquadramento da Política de Investimentos; ▪ Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Copliance da consultoria externa; ▪ Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço; ▪ Contratação de custódia e controladoria especializada impedindo operações fora da norma.
Risco sistêmico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
 Diretora de Investimentos
 CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 20 de dezembro de 2018
 Ata CD: Livro 49 / Páginas 12 e 13/30.





Informações Previdenciárias



COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS - PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2018	2017	2018	2017
Ap.Tempo de Contribuição	63.278	60.020	904	862
Ap.Antecipada	31.309	30.024	850	833
Ap.Idade	148	125	15	15
Ap.Invalidez	3.918	3.766	181	179
Ap.Especial	53	52	2	2
Benefício Proporcional Diferido	1.115	1.089	29	29
Pensão Por Morte	10.439	10.065	274	271
Benefício Prestação Única	6.985	9.351	33	16
Pecúlio Por Morte	1.450	1.183	22	15
Institutos	3.029	5.640	22	15

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS - PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2018	2017	%
Contribuição de Ativos	11.396	12.006	(5,08)
Contribuição de Assistidos	550	10.287	(94,66)
Contribuição de Patrocinadora	8.392	9.011	(6,86)
Contribuição de Autopatrocinados	273	288	(5,34)
Outros Recursos Correntes	4.126	4.287	(7,65)
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	2.493	2.700	(7,65)
Total	27.230	38.579	(29,42)

PROVISÕES MATEMÁTICAS - PLANO II

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2018	2017	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	1.678.659	1.604.250	4,64
Provisões Matemáticas	1.678.659	1.604.250	4,64
Benefício Concedidos	1.117.635	1.068.694	4,58
Benefícios a Conceder	561.024	535.556	4,76



COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS - PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2018	2017	2018	2017
Institutos	17	6	5	3

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS - PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2018	2017	%
Contribuição de Ativos	2.592	1.752	47,94
Contribuição de Patrocinadora	2.462	1.661	48,22
Remuneração em Atraso / Portabilidade	-	-	-
Total	5.054	3.413	48,08

PROVISÕES MATEMÁTICAS - PLANO III

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2018	2017	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	5.336	3.448	54,76
Provisões Matemáticas	5.336	3.448	54,76
Benefícios a Conceder	5.336	3.448	54,76

The background features a complex geometric design with overlapping hexagons in shades of blue and green. A network of light blue lines with circular nodes, resembling a circuit board or data flow, is overlaid on the hexagonal pattern. In the upper right corner, there is a faded image of a person's hand holding a white marker, drawing a waveform on a glass surface. A small white hamburger menu icon is located in the top right corner of this faded image.

Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL	59	162	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.392	2.457
REALIZÁVEL	1.697.156	1.611.249	Gestão Previdencial	1.469	1.431
Gestão Previdencial	10.042	61.243	Gestão Administrativa	890	988
Gestão Administrativa	40	41	Investimentos	33	38
Investimentos	1.687.074	1.549.965	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.801	11.633
Títulos Públicos	1.137.583	1.101.396	Gestão Previdencial	11.801	11.633
Ações	73.477	63.306	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.683.747	1.598.127
Fundos de Investimentos	402.581	312.376	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.668.343	1.582.162
Investimentos Imobiliários	33.757	34.240	Provisões Matemáticas	1.712.128	1.607.697
Empréstimos	39.676	38.647	Benefícios Concedidos	1.141.090	1.068.694
			Benefícios a Conceder	571.038	539.003
PERMANENTE	725	806	Equilíbrio Técnico	(43.785)	(25.535)
Imobilizado	287	417	Resultados Realizados	(43.785)	(25.535)
Intangível	180	53	Superávit Técnico Acumulado	-	-
Diferido	258	336	(-) Déficit Técnico Acumulado	(43.785)	(25.535)
Fomento	258	336	Fundos	15.404	15.965
			Fundos Previdenciais	22	6
			Fundos Administrativos	15.382	15.959
TOTAL DO ATIVO	1.697.940	1.612.217	TOTAL DO PASSIVO	1.697.940	1.612.217

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	1.688.303	1.608.013	4,99
Disponível	34	131	(74,05)
Recebível	25.158	77.124	(67,38)
Investimento	1.663.111	1.530.758	8,65
Títulos Públicos	1.137.583	1.086.393	4,71
Ações	73.477	63.306	16,07
Fundos de Investimento	378.618	308.172	22,86
Investimentos Imobiliários	33.757	34.240	(1,41)
Empréstimos e Financiamentos	39.676	38.647	2,66
2. Obrigações	13.626	13.412	1,60
Operacional	1.825	1.779	2,59
Contingencial	11.801	11.633	1,44
3. Fundos não Previdenciais	15.117	15.887	(4,85)
Fundos Administrativos	15.117	15.887	(4,85)
4. Resultados a Realizar	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.659.560	1.578.714	5,12
Provisões Matemáticas	1.703.345	1.604.249	6,18
Superávit/Déficit Técnico	(43.785)	(25.535)	71,47
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(43.785)	(25.535)	71,47
b) (+/-) Ajuste de Precificação	112.047	90.932	23,22
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	68.262	65.397	4,38

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	9.076	3.531	157,04
Disponível	7	12	(41,67)
Recebível	267	78	242,31
Investimento	8.802	3.441	155,80
Fundos de Investimento	8.802	3.441	155,80
2. Obrigações	6	6	-
Operacional	6	6	-
3. Fundos não Previdenciais	265	72	268,06
Fundos Administrativos	265	72	268,06
4. Resultados a Realizar	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	8.805	3.453	155,00
Provisões Matemáticas	8.783	3.447	154,80
Fundos Previdenciais	22	6	266,67
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.578.714	1.509.995	4,55
1. Adições	212.809	202.687	4,99
(+) Contribuições	39.315	40.576	(3,11)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	173.494	162.111	7,02
2. Destinações	(131.964)	(133.968)	(1,50)
(-) Benefícios	(129.649)	(130.197)	(0,42)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(194)	(1.612)	(87,97)
(-) Custeio Administrativo	(2.121)	(2.159)	(1,76)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	80.845	68.719	17,65
(+/-) Provisões Matemáticas	99.095	72.678	36,35
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(18.250)	(3.959)	360,97
4. Operações Transitórias	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.659.559	1.578.714	5,12
C) Fundos não previdenciais	(770)	(355)	116,90
(+/-) Fundos Administrativos	(770)	(355)	116,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	3.453	-	-
1. Adições	5.668	3.620	56,55
(+) Contribuições	5.369	3.574	50,22
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	299	46	550,00
2. Destinações	(316)	(167)	89,22
(-) Benefícios	(17)	(6)	183,33
(-) Custeio Administrativo	(299)	(161)	85,71
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.352	3.453	55,00
(+/-) Provisões Matemáticas	5.335	3.447	54,77
(+/-) Fundos Previdenciais	17	6	183,33
4. Operações Transitórias	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	8.805	3.453	155,00
C) Fundos não previdenciais	193	72	168,06
(+/-) Fundos Administrativos	193	72	168,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

Descri�o	2018	2017	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.598.127	1.526.237	4,71
1. Adi�es	223.379	211.834	5,45
(+) Contribui�es Previdenciais	42.264	41.830	1,04
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	173.793	162.157	7,18
(+) Receitas Administrativas	6.417	6.358	0,93
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	905	1.489	(39,22)
2. Destina�es	(137.758)	(139.944)	(1,56)
(-) Benefícios	(129.666)	(130.204)	(0,41)
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(194)	(1.612)	(87,97)
(-) Despesas Administrativas	(7.898)	(8.128)	(2,83)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	85.621	71.890	19,10
(+/-) Provisões Matemáticas	104.431	76.126	37,18
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(18.250)	(3.959)	360,97
(+/-) Fundos Previdenciais	17	6	183,33
(+/-) Fundos Administrativos	(577)	(283)	103,89
4. Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	1.683.748	1.598.127	5,36

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

N/A - Não se Aplica

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.673.274	1.592.217	5,09
1. Provisões Matemáticas	1.703.345	1.604.250	6,18
1.1 Benefícios Concedidos	1.141.090	1.068.694	6,77
Benefício Definido	1.141.090	1.068.694	6,77
1.2 Benefícios a Conceder	562.255	535.556	4,99
Contribuição Definida	497.168	475.914	4,47
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	217.866	207.737	4,88
Saldo de Contas - parcela participantes	279.302	268.177	4,15
Benefício Definido	65.087	59.642	9,13
2. Equilíbrio Técnico	(43.785)	(25.535)	71,47
2.1. Resultados Realizados	(43.785)	(25.535)	71,47
(-) Déficit técnico acumulado	(43.785)	(25.535)	71,47
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	1.913	1.870	2,30
4.1. Gestão Previdencial	1.825	1.779	2,59
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	88	91	(3,30)
5. Exigível Contingencial	11.801	11.633	1,44
5.1. Gestão Previdencial	11.801	11.633	1,44

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO III DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	8.811	3.458	154,80
1. Provisões Matemáticas	8.783	3.447	154,80
1.1 Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2 Benefícios a Conceder	8.783	3.447	154,80
Contribuição Definida	8.783	3.447	154,80
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.276	1.678	154,83
Saldo de Contas - parcela participantes	4.507	1.769	154,78
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	22	6	266,67
3.1. Fundos Previdenciais	22	6	266,67
4. Exigível Operacional	6	6	-
4.1. Gestão Previdencial	6	6	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.959	16.242	(1,74)
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.321	7.845	(6,68)
1.1 Receitas	7.321	7.845	(6,68)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.419	2.320	4,27
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.351	3.434	(2,42)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	646	603	7,13
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	905	1.488	(39,18)
2. Despesas Administrativas	7.898	8.128	(2,83)
2.1 Administração Previdencial	4.547	4.694	(3,13)
Pessoal e encargos	3.344	3.179	5,19
Treinamentos/congressos e seminários	13	15	(13,33)
Viagens e estadias	14	10	40,00
Serviços de terceiros	456	452	0,88
Despesas gerais	282	320	(11,88)
Depreciações e amortizações	161	427	(62,30)
Tributos	277	291	(4,81)
2.2 Administração dos Investimentos	3.351	3.434	(2,42)
Pessoal e encargos	2.314	2.388	(3,10)
Treinamentos/congressos e seminários	11	14	(21,43)
Viagens e estadias	20	14	42,86
Serviços de terceiros	580	562	3,20
Despesas gerais	186	196	(5,10)
Depreciações e amortizações	56	66	(15,15)
Tributos	184	194	(5,15)
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(577)	(283)	103,89
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(577)	(283)	103,89
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	15.382	15.959	(3,62)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM e a Fundação Banestes. A Baneses segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Baneses tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos com independência patrimonial entre os planos.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Baneses administra dois planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a Baneses também possui um Plano de Gestão Administrativa:

Plano II de Aposentadoria

A Baneses partir de 01/05/1998 implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre salário de participação recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 9%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da Baneses. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o Plano II de Aposentadoria da Baneses foi fechado para a adesão de novos participantes.

Plano III de Aposentadoria

Em 15/02/2017, por meio da Portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2017.0002-56 e administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses, na modalidade de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

Plano de Gestão Administrativa

O Plano de Gestão Administrativa – PGA foi criado com a finalidade de controlar as operações administrativas, em conformidade com seu regulamento, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade da Baneses.

Dados Previdenciários – Estatísticos de participantes e assistidos.

Quantidade de participantes e assistidos em 31/12/2018:

Plano II de Aposentadoria	
- ASSISTIDOS	1.981
- PENSIONISTAS	275
- AUTOPATROCINADOS	47
- VINCULADOS	3
- PARTICIPANTES	1.598
Plano III de Aposentadoria	
- PARTICIPANTES	512
- AUTOPATROCINADOS	3

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, pela Previc por meio da Instrução SPC nº 34, de 24/07/2009, alterada pela Instruções Previc nº 11, de 03/12/2018, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da Baneses ocorreu em 18/03/2019.

De acordo com a Resolução CNPC 29/2018, são apresentadas as seguintes demonstrações contábeis, respectivamente com à finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial (Consolidada)** - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS** (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA** (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração do Ativo Líquido - DAL** (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL** (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas - DPT** (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

Consolidação das Demonstrações:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n  29, de 29/04/2018, Instrução SPC n . 34, de 24/09/2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As contas passiveis de ajustes e eliminações são: "Superávit Técnico, Déficit Técnico, migrações entre planos, Compensações de Fluxos Previdenciais, Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA".

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do Exercício Social anterior.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da Baneses foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31/12/2018:

Descrição	Plano II	Plano III	Plano Consolidado
Gestão Administrativa - Participação no PGA	15.117	265	(15.382)
Outros Realizáveis	325	4	(329)
Cobertura Custeio Administrativo	269	4	(273)
Taxa de Administração de Empréstimos	56	-	(56)
Total do Ativo	15.442	269	(15.711)
Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades	(269)	(4)	273
Investimentos – Empréstimos e Financiamentos	(56)	-	56
Fundos - Participação no Fundo Administrativo	(15.117)	(265)	15.382
Total do Passivo	(15.442)	(269)	15.711

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) Realizável Gestão Previdencial: registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do BANESTES S/A, conforme contrato firmado em 29.06.98, no valor histórico de R\$ 147.000, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30.12.02 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31.12.02. Devido a alteração do Estatuto e Regulamento da entidade aprovada em 11/03/98, restou a parcela do passivo sem a necessária cobertura atuarial, e, dessa forma, o contrato assumido foi realizado a título de “Reservas a amortizar”. O saldo devedor dessa operação em 31.12.18 é de R\$ 0,00 (R\$ 51.206 mil em 31.12.17).

Findou em 30/11/2018 o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do Banestes S/A, conforme contrato firmado em 29/06/1998, que teve amortização em 240 meses).

b) Realizável Gestão Administrativa: em conformidade com a Resolução CGPC Nº 29, de 29/04/2018 e Instrução SPC nº 34 de 24/09/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Realizável Gestão Administrativa	2018	2017
Gestão Administrativa	329	41
Contas à Receber	-	41
Outros Realizáveis	329	-

c) Realizável Investimentos:

Renda Fixa: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas.

Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Renda Variável: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CNPC 29, de 13 de abril de 2018. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

Investimentos Imobiliários: estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e ajustados periodicamente, de acordo com avaliações a valor de mercado em, no máximo três (3) anos. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

Em 2017 foi realizada avaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ nº. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 9.290 acima do valor contábil correspondente. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

Descrição	Valor Contábil (A)	Valor Reavaliado (B)	Resultado (B-A)
Edificações	24.991	34.281	9.290

Operações com Participantes: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,63% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente:

Imobilizado: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

Intangível: Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a

partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC no 34, de 24/09/2009.

Sendo assim, composto pelo Sistema de Benefícios desenvolvido pela Baneses e pelos custos com o desenvolvimento do Sistema de Empréstimos em andamento.

Diferido: Composição de custo de desenvolvimento (Fomento) do Plano III de Aposentadoria, com saldo em 31/12/2018 no montante de R\$ 258 (R\$ 336 em 31/12/2017).

Amortização de 20,00% a.a.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

– **PCLD:** a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

Empréstimos e Financiamento: Em 30 de maio de 2018, a Baneses iniciou a constituição de saldo devedor de empréstimos em atraso referendado pelo conselho deliberativo.

Discriminação	Saldo devedor em atraso	PCLD
Saldos em 31/12/2017	-	-
Apropriado até 31/12/2018	802	465
Saldos em 31/12/2018	802	465

f) Ativos Contingentes: Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04/08/2009 e pronunciamentos Contábeis –CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico.

Ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2018: - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento –OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23/07/1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A Baneses, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23/07/1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09/03/1989

acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02/05/1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04/03/1991, art. 38, os saldos das OFND s seriam reajustados pela Taxa Referencial –TR.

A Baneses é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28/06/2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da Baneses. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a Baneses não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14/10/2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil. Até o momento os valores da liquidação ainda continuam sendo discutidos.

g) Exigível Operacional: demonstra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas.

h) Exigível Contingencial: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

i) Provisões Matemáticas: São apuradas no final do exercício e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

j) Fundos: são recursos constituídos e destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Fundo Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados na administração dos planos de benefícios.
- Fundo de Reversão de Excedentes – FRE: fundo de natureza coletiva, que será constituído em quantitativo de cotas por sobras de Contas previstas no regulamento, no caso de Resgate.

As mutações do exercício foram:

Fundos Administrativos

Discriminação	Fundo Administrativo Plano II	Fundo Administrativo Plano III	Total
Saldos em 31/12/2017	15.887	72	15.959
Constituição / Reversão de Fundos	(769)	192	(577)
Saldos em 31/12/2018	15.118	264	15.382

Fundo Previdencial

Discriminação	Fundo Previdencial Plano II	Fundo Previdencial Plano III
Saldos em 31/12/2017	-	6
Constituição / Reversão de Fundos	-	16
Saldos em 31/12/2018	-	22

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas: as adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

5. INVESTIMENTOS

Em 31/12/2018 e em 31/12/2017 a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas dos planos de benefícios:

Composição da Carteira de Investimentos: Plano II de Aposentadoria

Investimentos	Exercício 2018 (R\$ mil)	Exercício 2017 (R\$ mil)
Títulos Públicos Federais	1.137.583	1.086.394
Notas do Tesouro Nacional	1.099.720	1.004.290
Letras Financeiras do Tesouro	37.863	82.104
Ações	73.477	63.306
Instituições Financeiras	4.380	3.507
Companhias Abertas	33.102	27.871
Patrocinadores	35.995	31.928
Fundos de Investimentos	378.619	308.172
Renda Fixa	135.462	115.837
Ações Mercado a Vista	143.634	125.022
Multimercado	76.121	47.065
Participações	18.202	14.624
Imobiliário	5.200	5.624
Investimentos Imobiliários	33.757	34.240
Edificações para Uso Próprio	593	606
Edificações Locadas ao Patrocinador	32.698	33.162
Edificações para Renda	466	471
Aluguéis a Receber	0	1
Empréstimos	39.676	38.647
Empréstimos	39.676	38.647
Total dos Recursos	1.663.112	1.530.759

Composição da Carteira de Investimentos: Plano III de Aposentadoria

Investimentos	Exercício 2018 (R\$ mil)	Exercício 2017 (R\$ mil)
Fundos de Investimentos	8.803	3.441
Renda Fixa	6.114	2.288
Multimercado	2.689	1.153
Total dos Recursos	8.803	3.441



E em 31/12/2018 e 31/12/2017 a Baneses possuía os seguintes investimentos em garantia da Gestão Administrativa. Composição da Carteira de Investimentos: Plano de Gestão Administrativa

Investimentos	Exercício 2018 (R\$ mil)	Exercício 2017 (R\$ mil)
Títulos Públicos Federais	-	15.002
Letras Financeiras do Tesouro	-	15.002
Fundos de Investimentos	15.160	763
Renda Fixa	9.947	763
Multimercado	5.213	-
Total dos Recursos	15.160	15.765

5.1 Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, títulos e valores mobiliários:

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- a) Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;
- b) Títulos mantidos até o vencimento** – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Baneses.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 os títulos estavam assim classificados: Plano II de Aposentadoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2018			2017		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
RENTA FIXA						
Fundos de Investimentos	131.602	156.244	156.244	101.621	125.030	125.030
Multimercado	24.048	20.782	20.782	10.042	9.193	9.193
Renda Fixa	107.554	135.462	135.462	91.579	115.837	115.837
Até 180 dias	-	-	-	5.481	7.185	7.185
LFT	-	-	-	5.481	7.185	7.185
De 181 a 360 dias	-	-	-	2.984	3.927	3.927
LFT	-	-	-	2.984	3.927	3.927
Acima de 360 dias	28.952	37.863	37.863	58.250	70.992	70.992
LFT	28.952	37.863	37.863	58.250	70.992	70.992
TOTAL - Renda Fixa	160.554	194.107	194.107	168.336	207.134	207.134
RENTA VARIÁVEL						
Fundos de Investimentos	108.644	143.634	143.634	101.054	125.022	125.022
Ações - FIAs	108.644	143.634	143.634	101.054	125.022	125.022
Ações	54.015	72.996	72.996	54.013	60.419	60.419
Ações Banestes	20.498	35.824	35.824	20.498	31.007	31.007
Ações OI S.A. 1	10	0	0	10	1	1
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	14.351	14.351	5.621	13.427	13.427
Ações Bradesco	1.996	4.297	4.297	1.996	3.300	3.300
Ações Petrobrás	14.174	7.328	7.328	14.174	4.970	4.970
Ações Vale	11.716	11.196	11.196	11.716	7.715	7.715
TOTAL - Renda Variável	162.659	216.630	216.630	155.067	185.441	185.441
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS						
Total de Fundos de Participação	18.796	18.202	18.202	22.284	14.624	14.624
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	49.189	55.339	55.339	34.189	37.872	37.872
Total de Fundos Imobiliário	4.075	5.200	5.200	4.075	5.624	5.624
TOTAL - Investimentos Estruturados	72.060	78.741	78.741	60.549	58.120	58.120
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	395.273	489.478	489.478	383.952	450.695	450.695

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	2018			2017		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²
RENTA FIXA²						
Até 180 dias	91.096	104.305	105.676	-	-	-
NTN - B	91.096	104.305	105.676	-	-	-
De 181 a 360 dias	-	-	-	14.356	15.922	16.246
NTN - B	-	-	-	14.356	15.922	16.246
Acima de 360 dias	687.534	995.415	1.209.481	713.813	985.229	1.141.897
NTN - C	100.506	224.089	278.583	100.506	208.304	251.239
NTN - B	587.028	771.326	930.898	613.308	776.926	890.657
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	778.630	1.099.720	1.315.157	728.170	1.001.152	1.158.142
TOTAL	1.173.903	1.589.198	1.804.635	1.112.122	1.451.847	1.608.837

¹ O total em fundo Multimercado Institucional, classificados no segmento de renda fixa, considera o fundo BRZ Multirecebíveis FIM, que é um fundo fechado focado em recebíveis e paga mensalmente amortizações, por isso, o custo de aquisição considera o total aplicado, desconsiderando as amortizações recebidas ao longo da vigência do fundo. Por esse motivo o custo de aquisição é inferior ao valor contábil.

² As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

³ O valor de mercado dos títulos públicos federais seguem o divulgado pela ANBIMA para o dia 31.12.2018.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 os títulos estavam assim classificados: Plano de Gestão Administrativa.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2018			2017		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	14.474	15.159	15.159	748	763	763
Multimercado	5.000	5.213	5.213			
Renda Fixa	9.474	9.946	9.946	748	763	763
Até 180 dias	-	-	-	8.027	15.002	15.002
LFT	-	-	-	8.027	15.002	15.002
TOTAL - Renda Fixa	14.474	15.159	15.159	8.775	15.765	15.765
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	14.474	15.159	15.159	8.775	15.765	15.765
TOTAL	14.474	15.159	15.159	8.775	15.765	15.765

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 os títulos estavam assim classificados: Plano III de Aposentadoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2018			2017		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	8.406	8.803	8.803	3.363	3.441	3.441
Multimercado	2.557	2.689	2.689	1.132	1.152	1.152
Renda Fixa	5.849	6.114	6.114	2.231	2.289	2.289
TOTAL - Renda Fixa	8.406	8.803	8.803	3.363	3.441	3.441
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - TOTAL	8.406	8.803	8.803	3.363	3.441	3.441
TOTAL	8.406	8.803	8.803	3.363	3.441	3.441

5.2 Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais:

A resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de carácter previdenciário.

Em 4 de fevereiro de 2015, através da Instrução nº 19, definiu os critérios e procedimentos para o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais

para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50% a.a. e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo

custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, em 31

de dezembro de 2018 e resultou no valor positivo de R\$ 112.047, assim demonstrado e verificado no sistema para preenchimento e envio de informações para apuração da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação (DPAP), referentes aos resultados do exercício de 2018, conforme [Portaria nº 86/2019](#).

<https://venturo.previc.gov.br/venturo/main.php>



Venturo

Registros	Valores do DPAP 658
Novo DPAP	Número EFPC: 81
Selecionar DPAP	CNPB: 1998.0012-29
Sair	Grupo de Custeio: BANESES
	Submassa:
	Taxa Atuarial: 0.055
	Data de Posição: 2018-12-31
	Tipo de Cálculo: DPAP

Valores de títulos públicos NTN B e NTN C:

VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
916.529.981,21	1.028.577.248,25	112.047.267,04

Resultados dos Cálculos DPAP

ANÁLISE DAS DURAÇÕES: Art. 9º, inciso V, da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido. Duration do Passivo (9,17) > Duration dos Ativos (8,18)

Análise dos VP Art. 9º, Incisos III e IV da IN 19 da PREVIC de 04/02/2015

Requisito Atendido

6. EXIGÍVEL ATUARIAL

6.1 Provisões Matemáticas Plano II de Aposentadoria

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 14/03/2019, as provisões, avaliadas no regime *financeiro de capitalização*, estão desdobradas da seguinte forma:

- **Benefícios Concedidos:** representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.
- **Benefícios a Conceder:** representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2018 e 31/12/2017 é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Benefícios Concedidos	1.141.090	1.068.694
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	1.141.090	1.068.694
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	1.000.479	939.330
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	140.611	129.364
Benefícios a Conceder	562.255	535.556
Contribuição Definida	497.168	475.914
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	217.866	207.737
Saldo de Contas Parcela Participante	279.302	268.177
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	65.087	59.642
Valor Atual dos Benefícios não programados	65.087	59.642
Total de Provisões Matemáticas	1.703.345	1.604.250

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31/12/2017	1.068.694	535.556	1.604.250
Apropriação a resultado	72.396	26.699	99.095
Saldos em 31/12/2018	1.141.090	562.255	1.703.345

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses atuariais e econômicas adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2018	2017
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,50% a.a	5,75% a.a
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	1% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	1% até 50 anos e 0,5% acima de 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT – 2000	AT – 2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability	Mercer Disability

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

6.2 Hipóteses e Métodos Atuariais Plano II de Aposentadoria - 2018

A taxa de juros atuarial foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015, Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Portaria Previc nº 80, de 26/01/2018.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram taxa máxima de 6,06% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva, considerando cenário econômico, propôs a alteração da taxa de 5,75% a.a. para 5,50% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou.

6.3 Hipóteses e Métodos Atuariais Plano III de Aposentadoria - 2018:

O Plano III de Aposentadoria é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de contribuição definida pura, não existindo compromissos com valores previamente estabelecidos no período de capitalização ou de pagamento dos benefícios. Conforme Parecer Atuarial datado de 08/03/2019, as provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:



A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo do fator atuarial para apuração de Renda por Prazo Indeterminado, baseadas no Estudo de Aderências das Hipóteses do Plano II de Aposentadoria, realizado em 27/09/2018, cuja população apresenta as mesmas características do Plano III de Aposentadoria.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%
Fator de capacidade para os benefícios	1,00

Provisões Matemáticas do Plano III de Aposentadoria: O valor do benefício concedido é ajustado, conforme saldo de conta de cada participante e o patrocinador não tem responsabilidade sobre o risco.

Benefícios Concedidos: representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder: representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2018 e 31/12/2017 é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Provisões Matemáticas	8.783	3.447
Benefícios Concedidos	-	-
Benefícios a Conceder	8.783	3.447
Contribuição Definida	8.783	3.447
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	4.276	1.678
Saldo de Contas Parcela Participante	4.507	1.769
Fundo Previdencial	22	6
Fundo Previdencial – Fundo de Reversão de Excedentes (FRE)	22	6
Total de Provisões Técnicas	8.805	3.453

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	FRE	Total
Saldos em 31/12/2017	-	3.447	6	3.453
Apropriação a resultado	-	5.336	16	5.352
Saldos em 31/12/2018	-	8.783	22	8.805

7 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais.

Em 29/06/2017, o conselho deliberativo aprovou a alteração do critério de rateio, de quantidade de participantes para patrimônio de cada plano de benefícios, objetivando a equalização de seus custos, de acordo com suas características específicas, e incluiu o critério de apropriação dos gastos administrativos de Fomento, considerando a fase inicial do plano de benefício.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2019.

A despesas comuns foram assim rateadas: 60% para gestão previdencial e 40% para a gestão de investimentos.

A Banestes, atendendo a determinação legal contida na Resolução CGPC 29/2009, efetuou suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2018	2017
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.959	16.242
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.321	7.845
1.1 Receitas	6.416	7.845
1.2 Fluxo dos Investimentos	905	
2. Despesas Administrativas	7.898	8.128
2.1 Administração Previdencial	4.547	4.694
2.2 Administração dos Investimentos	3.351	3.434
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(577)	(283)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(577)	(283)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	15.382	15.959

O fundo administrativo sofreu uma variação negativa de 3,62% em relação ao fechamento de 2017. Esse decréscimo de R\$ 577 mil foi em razão de menor retorno das receitas administrativas, em referência a rentabilidade do investimento do PGA.

O fundo administrativo do PGA tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas a manutenção da estrutura administrativa da Banestes. A constituição do fundo representa a sobra entre o total de receitas e o total de despesas no exercício.

Em 16/11/2018 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do percentual de 0,50% para 0,65% sobre o salário de participação, para custeio das despesas administrativas, os participantes, assistidos e patrocinadores efetuem o pagamento da contribuição equivalente, em vigor a partir do mês de janeiro de 2019.

8 - CONTINGÊNCIAS

A Baneses é parte em diversos processos judiciais. As provisões constituídas para os processos que representam perda provável foram estimadas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências conforme Resolução CFC no 1.180, de 24/07/2009. A Baneses provisiona 100% dos valores estimados para as ações classificadas como perda provável, bem como a totalidade das ações em fase de execução. Nos processos em que o risco de perda é classificado como possível e os valores são considerados significativos, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. Quando a probabilidade de perda é remota, não há provisionamento ou divulgação nas Demonstrações Contábeis. A administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

A Baneses registra contingências de ações tramitando na justiça comum e na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para à Baneses, já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31/12/2018 no montante de R\$ 11.801 (R\$ 11.230 em 2017).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses são relativo às reclamações trabalhistas e ações cíveis e tributárias.

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2018	2017
Contingência Previdencial (Depósitos)	9.625	9.611
Depósito Recursal	341	367
Depósito Judicial	44	36
Provisão Contingências (Tramitação)	1.791	1.619
Total	11.801	11.633

A Baneses é autora nas seguintes ações:

Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda está em fase de liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.

Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.

Proposta pela JCMB em face do Banestes S/A, processo nº 0032324-50.8.08.0024, junto à 2ª Vara Cível de Vitória - ES, objetivando a recomposição das reservas matemáticas de assistidos que obtiveram êxito em Reclamação Trabalhista em face do patrocinador Banestes S/A, na qual pleitearam a recomposição de verbas que compõem o salário de participação para a Baneses, destituídas pelo patrocinador, com reflexos no benefício pago pela Fundação Banestes.

9 - DETALHAMENTO DO SALDO DA RUBRICA “OUTROS”

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “Outros” é o seguinte:

	2018	2017
a) Ativo Realizável – Gestão Previdencial		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 – Outros Realizáveis		
1. Valor a receber de ex aposentados	-	-
2. Ressarcimento de Tributos	-	1
Total Outros Realizáveis	-	1
b) Receitas - Gestão Previdencial		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 – Outros Recursos Correntes		
1. Contrato do Governo	4.028	4.275
2. Eventuais	98	12
Total Outros Recursos Correntes	4.126	4.287
c) Receitas - Gestão Administrativa		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 – Outras Receitas		
1. Outras Receitas não Relacionadas	-	-
Total Outras Receitas	-	-

10 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1 Equilíbrio Técnico - Plano II de Aposentadoria

A Baneses registrou em 2018 déficit técnico acumulado de R\$ 43.785 (déficit de R\$ 25.535 em 2017). Sendo 2,57% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos, logo o plano está deficitário em 31/12/2018. No entanto, o equacionamento desde déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

10.2 Equilíbrio Técnico Ajustado:

A partir do exercício de 2016, a Baneses passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano II de Aposentadoria – DAL, conforme estabelece

a Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014 e Instrução Previc nº 25.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ reserva matemática. Para *destinação* ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ reserva matemática.

No exercício de 2018 o equilíbrio técnico ajustado do Plano II de Aposentadorias é de R\$ 68.262 a seguir demonstrado, (no exercício de 2017 foi de R\$ 65.397):

Descrição	2018	2017
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo Provisões Matemáticas (P.M.)	1.703.345	1.604.250
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,00	5,00
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*2.1)/100)*-1$	(85.167)	(80.212)
2.3) Déficit a equacionar	-	-
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
3) Equilíbrio Contábil	(43.785)	(25.535)
4) Ajuste de Precificação Positiva/Negativa	112.047	90.932
5) = (3)+(4) Equilíbrio Técnico Ajustado	68.262	65.397

Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

10.3 Equilíbrio Técnico - Plano III de Aposentadoria

O plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida – CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invalidez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria, sendo assim o plano não possui risco.

11 - EVENTO SUBSEQUENTE

Durante os meses de outubro e novembro de 2018 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC atualizaram as normas atuariais, aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar, no que se refere aos procedimentos e condições para apuração do resultado, para destinação e utilização do superávit e para equacionamento de déficit dos planos de benefícios, e também estabeleceu os principais parâmetros mínimos aplicáveis ao passivo atuarial. Os novos atos normativos que entram em vigor a partir 1º de janeiro de 2019 são:

- a) Resolução CNPC nº 30/2018, que revoga as anteriores Resoluções CGPC nº 18/2008 e nº 26/2008 e;
- b) Instrução Previc nº 10/2018, que revoga as anteriores Instruções Previc nº 19/2015, nº 23/2015, nº 26/2016 e nº 32/2016.

Estas normas ainda tratam dos estudos técnicos a serem elaborados pelas entidades para comprovação da adequação das hipóteses atuariais adotadas nos planos de benefícios e estabelece parâmetro mínimo para projeção da longevidade dos participantes.

Dentre as referidas novas regras, destaca-se a que está relacionada ao prazo do equacionamento de déficit de planos de benefícios em extinção, ou seja, aqueles fechados para adesão de novos participantes. Tornando possível a ampliação do prazo para equacionamento de 1,5 x duration (prazo médio de pagamento de benefícios) para que o pagamento possa ser efetuado durante toda a vida do plano, e assim o pagamento do déficit poderá ser concluído junto com o pagamento do último benefício do plano.

Réveles Belarmino dos Santos

Diretor Superintendente
CPF: 719.219.827-72

Katya Elvira Paste

Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Ricardo Gobbi

Diretor de Seguridade
CPF: 838.558.157-04

Renilton do Nascimento

Contador CRC ES 008472/0-8
CPF: 860.538.927-34



Pareceres



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses
Vitória - ES

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses** ("Entidade" ou "Fundação"), referentes aos planos de benefícios previdenciários, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC nºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram as regras relativas às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

(i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;

(ii) - estabelecido o conceito de "*duração do passivo*", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

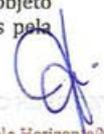
(iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "*Ajuste de Precificação*" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "*duração do passivo*", ao "*ajuste de precificação de títulos públicos*" e ao "*equilíbrio técnico ajustado*" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3487.4565

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7815



Conforme comentado à Nota Explicativa 10.2 às demonstrações contábeis, a situação de equilíbrio técnico do Plano II de Aposentadoria está deficitário em 31.12.2018, no entanto, seu equacionamento não será necessário dado que é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008.

4. Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 14 de março de 2018, não continha modificações.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565

www.ppf.com.br

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615

www.ppf.com.br

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada,

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas dos planos para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente pela opinião de auditoria.

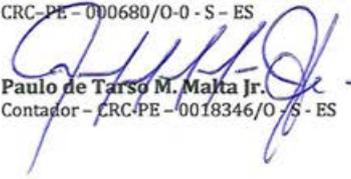
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Vitória - ES, 25 de março de 2019.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/0-0 - S - ES


Paulo de Tarso M. Malta Jr. -
Contador - CRC/PE - 0018346/0 - S - ES

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.pmf.com.br

Belo Horizonte

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.pmf.com.br

PARECER ATUARIAL PLANO II DE APOSENTADORIA

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela **Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES**, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguros, BANESTES Seguros SA e BANESTES Administradora, Corretora de Seguro, Previdência e Capitalização em 31 de dezembro de 2018.

Ressaltamos que a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e a Instrução Normativa nº 10, de 30/11/2018, entraram em vigor em 30/11/2018 e 03/12/2018, respectivamente, produzindo efeitos obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2019, e efeitos facultativos, desde a sua publicação. Foram revogadas, a partir de 01/01/2019, as Resoluções CGPC nº 18/2006 e CGPC nº 26/2008, bem como as Instruções Previc nº 19/2015, nº 23/2015, nº 26/2016 e nº 32/2016.

Considerando que a **Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES** não optou pela adoção facultativa da Resolução CNPC nº 30/2018 e da Instrução Normativa nº 10/2018, os demais normativos mencionados neste Parecer permanecem vigentes no encerramento do exercício de 2018.

2 . PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2018.

Qualidade da base cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	
Número	1.629
Idade Média (anos)	47,6
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	22,0
Tempo Médio de Contribuição (anos)	21,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,9
Salário Mensal Médio (R\$)	7.197,15
Folha Anual de Salários (R\$) (13x)	152.414.086,63

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	50
Idade Média (anos)	44,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	18,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	17,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,3
Salário Mensal Médio (R\$)	5.317,94
Folha Anual de Salários (R\$) (13x)	3.456.662,04

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	3
Idade Média (anos)	55,3
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	-

⁽¹⁾ O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	1.771
Idade Média (anos)	65,7
Benefício Mensal Médio em R\$	4.622,77
Aposentados Inválidos	
Número	179
Idade Média (anos)	61,7
Benefício Mensal Médio em R\$	1.862,23
Beneficiários	
Número	280
Idade Média (anos)	68,4
Benefício Mensal Médio em R\$	3.222,79
Total	
Número	2.230
Idade Média (anos)	65,7
Benefício Mensal Médio em R\$	4.225,41

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2018. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2018, refletindo o conceito de capacidade.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	1% até 50 anos e 0,5% acima de 50 anos
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos (5)	AT-49
Tábua de entrada em invalidez (6)	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo.

(5) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

(6) A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de desagravamento linear em todas as idades.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e o benefício mínimo, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 27/09/2018, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 6,06% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva, considerando o cenário econômico, propôs a alteração da taxa de 5,75% a.a. para 5,50% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou.

A alteração da hipótese de taxa de juros gerou um acréscimo de R\$ 25.567.710,65 nas provisões matemáticas de 2018.

Adequação dos métodos de financiamento

O método atuarial adotado foi o *Agregado* para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2018 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2018.



CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.674.677.306,71
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.659.559.694,07
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.703.345.035,05
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.141.090.223,51
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.141.090.223,51
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.000.479.214,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	140.611.009,51
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	562.254.811,54
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	497.167.369,10
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	217.865.426,84
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	279.301.942,26
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	65.087.442,44
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	65.087.442,44
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinadores - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(43.785.340,98)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(43.785.340,98)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	43.785.340,98
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-

CONTA	NOME	R\$
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	15.117.612,64
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.117.612,64
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2018, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Aposentadoria no exercício de 2018.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do atual inválido e do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

- d) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte do aposentado e do participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do *Plano II de Aposentadoria* avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento ao § 4º do Art. 30 da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, informamos que o Plano II de Aposentadoria mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Fundação Banestes de

Seguridade Social - BANESES que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 86, de 01/02/2019, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. A parcela do ajuste de

precificação que está relacionada aos benefícios com cálculos atuariais corresponde a R\$ 79.343.238,31, em 31/12/2018.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2017, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do resultado

O principal fator que levou ao Déficit das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros naquele ano (6,00% a.a. para 5,75% a.a.), sendo acrescido nos exercícios posteriores pela alteração da tábua de mortalidade geral e pela nova redução da taxa de juros em 0,25% a.a., ambas alterações fundamentadas por estudos de aderência das hipóteses atuariais e adequação da taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo, tendo em vista o ajuste de precificação positivo em valor superior ao déficit técnico apurado. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

Na avaliação atuarial de 31/12/2018 foi apurado déficit no valor de R\$ 43.785.340,98. A parcela do déficit está dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, e será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,17 anos ⁽¹⁾ e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2018.

Variação do resultado

A situação deficitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2017, em função da alteração de premissas ocorrida no exercício.

⁽¹⁾ Duração calculada no sistema Ventura, divulgado na página da Previc, conforme Portaria nº 86, de 01/02/2019.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Custos

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Os valores monetários apresentados a seguir correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2018:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2018
Normal		
Total de Benefícios	13,88%	21.158.642,65
Administração	1,30%	1.981.383,13
Custo Total	15,18%	23.140.025,78

Ressaltamos que durante o ano de 2019, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

Evolução dos custos

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado, há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2019, quando comparados aos projetados para o exercício de 2018.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 5,82% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,47% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 9.863.976,02 em 31/12/2018).

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Básica:** Corresponde, em média, a 8,06% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,71% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 13.276.049,76 em 31/12/2018).

Participantes Autopatrocínados

Os Participantes Autopatrocínados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1,30% (0,65% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,65% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

Participantes Assistidos e Dependentes com benefício de Pensão por Morte

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,65%.

- Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - Contribuição de 5,2% do benefício.
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
 - Contribuição Extra, prevista no item B.2.18, no percentual de 0,65%;
 - Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir-R\$
Até 1.682,12	2,85	0
De 1.682,13 a 3.364,24	4,75	31,96
De 3.364,25 a 10.092,72	17,10	447,44
Acima de 10.092,72	20,90	830,97

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir-R\$
Até 1.682,12	3,00	0
De 1.682,13 a 3.364,24	5,00	33,64
De 3.364,25 a 10.092,72	18,00	470,99
Acima de 10.092,72	22,00	874,70

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir-R\$
Até 1.682,12	2,55	0
De 1.682,13 a 3.364,24	4,25	28,60
De 3.364,25 a 10.092,72	15,30	400,34
Acima de 10.092,72	18,70	743,50

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2019, exceto para as despesas administrativas, que tiveram início em 01/01/2019.

6. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES está deficitário em 31/12/2018. No entanto, o equacionamento deste déficit não é necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
M.I.B.A. nº 920

Daphinie Martins
M.I.B.A. nº 2.541

PARECER ATUARIAL PLANO III DE APOSENTADORIA

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano III de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano, referente às Patrocinadoras em 31 de dezembro de 2018.

A Previc, órgão responsável pela supervisão e fiscalização dos fundos de pensão, por meio da publicação da Instrução PREVIC nº 12 de 13/10/2014, disciplinou acerca dos procedimentos e instruções para o preenchimento das Demonstrações Atuariais (DA) dos Planos de Previdência.

A referida instrução tornou opcional o envio das DA para os planos de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), isto é, planos que não possuam componentes de riscos em sua composição. Dessa forma, a PREVIC dispensou a realização de avaliação atuarial para Planos CD.

Não obstante à dispensa dos documentos pertinentes à realização da Avaliação Atuarial, o mesmo ofício disciplinou o que segue:

“Com efeito, os controles pelas entidades fechadas de previdência complementar para os denominados planos CD devem continuar os mesmos que já vem sendo realizados, **com especial destaque quanto ao nível de contribuição ao longo da fase de acumulação, a rentabilidade dos investimentos, o movimento de entrada e saída de participantes ativos e assistidos, bem como a taxa administrativa praticada.**” (grifo nosso)

Nesse contexto, diante o exposto, em substituição à DA para os planos estruturados na modalidade de contribuição definida (CD) e atendendo ao que de-

terminou o Ofício Circular nº 04/2014, apresentamos esse relatório contendo os seguintes itens:

- Análise do nível de contribuição dos participantes durante a acumulação;
- Performance dos investimentos;
- Perfil e movimentação da população;
- Taxa de administração praticada.

2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos participantes ativos, autopatrocinados, aguardando benefício proporcional diferido, assistidos e beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2018.

Qualidade da base cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	
Número	509
Idade Média (anos)	35,3
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	5,2
Tempo Médio de Contribuição (anos)	1,3
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	21,0
Salário Mensal Médio (R\$)	4.703,52
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	31.123.194,44

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	1
Idade Média (anos)	43,8
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	4,2
Tempo Médio de Contribuição (anos)	1,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,6
Salário Mensal Médio (R\$)	4.159,72
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	54.076,36

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Mensal Médio (R\$)	-

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2018. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2018, refletindo o conceito de capacidade.

Adicionalmente, em consonância com o que demanda a Carta Circular 04, no que tange a movimentação dos participantes entre os exercícios, temos o que segue:

MOVIMENTAÇÃO DE ATIVOS E AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
TOTAL EM 2017	505
Saídas	7
Entradas	12
(+) Ativos	12
TOTAL EM 2018	510

MOVIMENTAÇÃO DE PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

DESCRIÇÃO	
TOTAL EM 2017	0
Saídas	0
Entradas	0
TOTAL EM 2018	0

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

O Plano III de Aposentadoria é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de contribuição definida pura, não existindo compromissos com valores previamente estabelecidos no período de capitalização ou de pagamento dos benefícios.

Conforme a Resolução nº 18/2006, a comprovação da aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras à massa de participantes, não é exigida para os Planos classificados na modalidade de contribuição definida. No entanto, de acordo com o Regulamento do Plano, são feitas projeções financeiras e atuariais com a finalidade de calcular o fator atuarial que será utilizado para redefinir a Renda por Prazo Indeterminado resultante da aplicação do mesmo sobre os Saldos de Contas apurados no final de cada exercício.

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo do fator atuarial para apuração de Renda por Prazo Indeterminado, baseadas no Estudo de Aderências das Hipóteses do Plano II de Aposentadoria, realizado em 27/09/2018, cuja população apresenta as mesmas características do Plano III de Aposentadoria.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%
Fator de capacidade para os benefícios	1,00

Principais Riscos Atuariais

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida.

Adequação dos métodos de financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano III de Aposentadoria administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base nas hipóteses e métodos atuariais supramencionados, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano III de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESTES, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2018 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESTES posicionados em 31/12/2018.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.070.179,60
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	8.783.174,74
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	8.783.174,74
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	8.783.174,74
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	8.783.174,74
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	4.275.861,23
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	4.507.313,51
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	287.004,86
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	22.238,52
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE EXCEDENTES	22.338,52
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	264.766,34
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o regulamento do Plano III de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2018, plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto no resultado do Plano III de Aposentadoria no exercício de 2018.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano III de Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 26/2008, informamos que em 31/12/2018 o Plano III de Aposentadoria não possui títulos públicos federais classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento”. Dessa forma, observamos que o Ajuste de Precificação não é aplicável.

Variação nas provisões matemáticas

Como se trata de um Plano estruturado, em sua totalidade, na modalidade de “contribuição definida”, as Provisões Matemáticas refletem o nível de contribuição de Participantes e Patrocinadoras, o desempenho dos investimentos e os benefícios/institutos pagos.

Natureza evariação do resultado

Tendo em vista que o plano é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de “contribuição definida”, atestamos que se encontra em situação permanente de equilíbrio.

Constituição e reversão de fundos previdenciais

Em atendimento ao disposto no Art 5º da Resolução nº 26/20018, esclarecemos que, de acordo com o Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão de Excedentes foi constituído em quantita-

tivo de cotas por sobras da Conta de Contribuição dos Patrocinadores e da Conta de Serviço Passado Patrocinador que não foi destinada ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pelo Resgate de suas contribuições.

O valor apurado no exercício de 2018, no montante de R\$ 22.338,52, poderá ser utilizado para a compensação de contribuições futuras de Patrocinadora bem como a melhoria de benefícios dos Assistidos ou outra destinação definida no regulamento do Plano, observada a legislação vigente.

5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Custos

O método de Capitalização Financeira Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de “contribuição definida”, onde os benefícios são obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no Plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício.

A seguir apresentamos o plano de custeio para o exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2018
Aposentadoria	15,38%	4.787.550,43
Administração	1,30%	404.601,53
Custo Total	16,68%	5.192.151,96

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2018. Resaltamos que durante o ano de 2019, os valores de

contribuição em reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano III de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais e Contribuição Extra de acordo com o Artigo 44 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 7,52% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 8,17% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 2.543.991,15 em 31/12/2018).

A seu critério, a Patrocinadora poderá utilizar sua parcela do Fundo Previdencial – Reversão de Excedentes, no valor de R\$ 22.238,52 em 31/12/2018, para abater suas contribuições normais, voluntárias, para custeio administrativo do plano, ou outra destinação, observada a legislação vigente.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Normais e Contribuição Extra de acordo com o Artigo 44 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 7,86% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** Corresponde, em média, a 0,65% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,51% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 2.648.160,80 em 31/12/2018).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1,30% (0,65% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,65% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

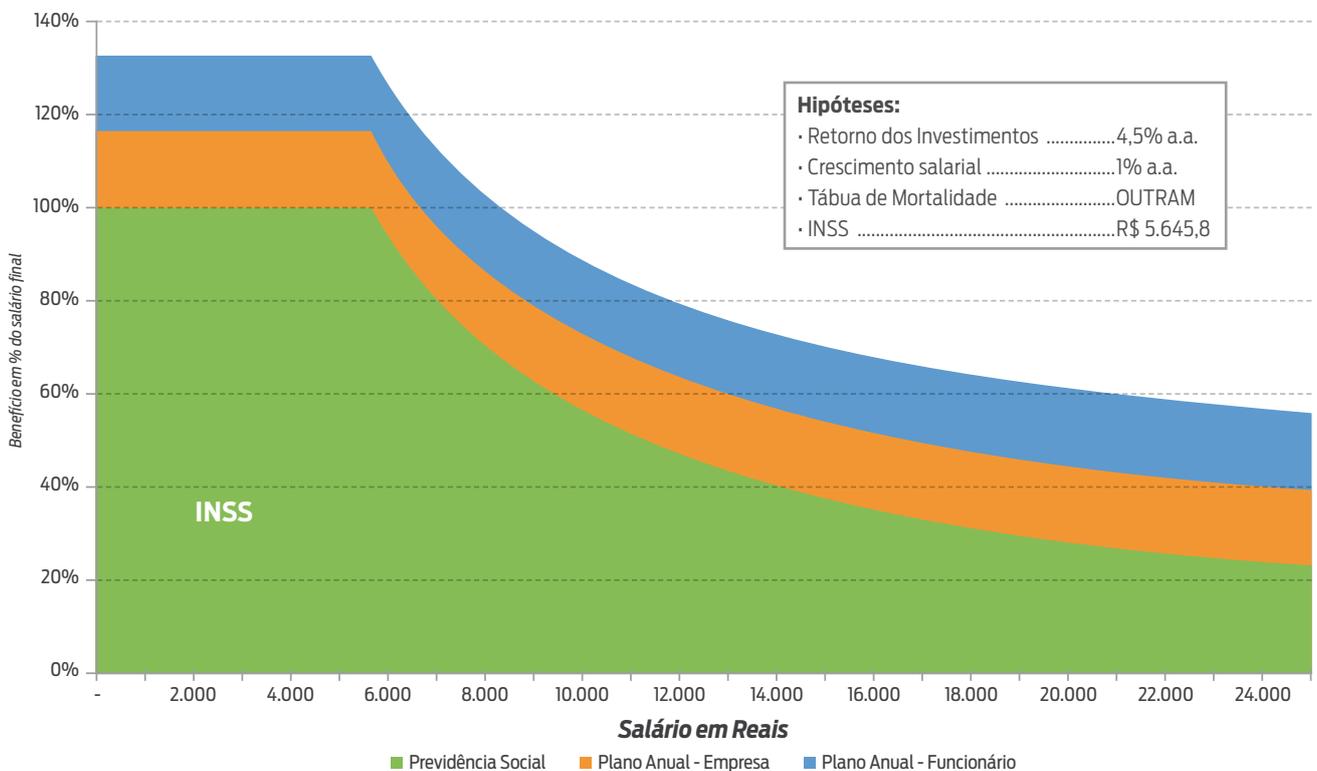
Vigência do plano decusteio

O plano de custeio apresentado neste parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019.

6. ANÁLISE GERENCIAL DO PLANO

ANÁLISE DO NÍVEL DE BENEFÍCIO ALVO DO PLANO

Nível de benefício após 30 anos de acumulação (*)



(*) Considerando o nível de contribuição praticado atualmente pelas patrocinadoras (7,52%).

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONTRIBUIÇÃO

TEMPO DE SERVIÇO		FAIXA SALARIAL			TOTAL
		ATÉ 4	4 A 8	ACIMA DE 8	
Até 10 anos	Participantes	277	131	42	450
	Contribuição Média Participante ¹	219,18	396,00	1.003,24	349,99
	Contribuição Média Patrocinadora ¹	222,16	382,84	978,36	339,52
10 a 20 anos	Participantes	15	22	20	57
	Contribuição Média Participante ¹	252,63	381,40	882,35	523,29
	Contribuição Média Patrocinadora ¹	245,18	360,59	753,24	467,99
20 a 30 anos	Participantes	-	-	-	-
	Contribuição Média Participante ¹	-	-	-	-
	Contribuição Média Patrocinadora ¹	-	-	-	-
Acima de 30	Participantes	-	2	-	2
	Contribuição Média Participante ¹	-	410,70	-	410,70
	Contribuição Média Patrocinadora ¹	-	336,38	-	336,38
Total	Participantes	292	155	62	509
	Contribuição Média Participante¹	230,34	399,83	931,19	369,63
	Contribuição Média Patrocinadora¹	223,34	379,08	905,74	353,89

(1) Contribuição média total vertida no exercício de 2018, em percentual do salário.

(2) Em salário mínimo.

ANÁLISE DA PERFORMANCE DOS INVESTIMENTOS

PERÍODO	RENTABILIDADE LÍQUIDA	META ATUARIAL	INDEXADOR DO PLANO
2018	6,07%	9,71% ⁽¹⁾	IPCA

(1) IPCA + taxa de juros acumulados no período de janeiro/2018 a dezembro/2018.

Ressaltamos que, conforme definido no Regulamento do Plano III de Aposentadoria, os benefícios oferecidos por este Plano são reajustados com base no saldo remanescente atualizado pelas cotas do patrimônio. Entretanto, para fins de cálculo da Meta Atuarial, o IPCA é considerado como indexador do Plano.

GESTÃO DO PASSIVO

DESCRIÇÃO	2018	2019
Taxa de administração	150.260,32	404.601,53
Folha de pagamento	31.123.194,44	31.123.194,44
Taxa de administração sobre a folha	0,48%	1,30%

7. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de III Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES está equilibrado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João Silveira Sobrinho

Atuário – MIBA nº 920



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13/04/2018, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2018.

Com base no exame desses documentos, complementados pela reunião para apresentação dos resultados da avaliação atuarial, realizada em 25/02/2019, cuja participação ocorreu a convite do Conselho Deliberativo, por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2018.

Vitória (ES), 27 de março de 2019.

Wander Egídio de Oliveira
Presidente

Marcos Amaral Vargas
Conselheiro

Maria Aparecida Gonçalves da Silva
Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 27 de março de 2019, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2018 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal, na reunião para apresentação dos resultados da avaliação atuarial, realizada em 25/02/2019 e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2018.

Vitória (ES), 27 de março de 2019.

Mônica Campos Torres
(Presidente)

Cláudia Valli Cardoso Machado
(Conselheira)

Júlio César Gomes
(Conselheiro)

Laci Jose da Silva Carvalho
(Conselheiro)

Marcos Vinicius Nunes Montes
(Conselheiro)



EXPEDIENTE

Patrocinadores: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguros, Banestes DTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

Conselho Deliberativo: Mônica Campos Torres (Presidente), Cláudia Valli Cardoso Machado, Júlio César Gomes, Jesse Gomes de Alvarenga, Laci José da Silva Carvalho e Marcos Vinícius Nunes Montes.

Diretoria Executiva: Réveles Belarmino dos Santos (Diretor Superintendente), Katya Elvira Paste (Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade).

Conselho Fiscal: Wander Egídio de Oliveira (Presidente), Maria Aparecida Gonçalves da Silva, Marcos Amaral Vargas e Sandro da Silva Martins.

Jornalista responsável: Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES).

Projeto Gráfico: Bios Editoração.



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL